

Da conciliação à ofensiva de classes –
Um ensaio sobre a derrota do *lulismo* e a ascensão do
bolsonarismo à luz da Teoria Marxista da Dependência

Pedro Emílio Rodrigues Alves de Araújo

Orientadora: Professora Doutora Helena Maria Maurício Caneca Sant'Ana

*Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Sociologia*

Lisboa
2021

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Da conciliação à ofensiva de classes –
Um ensaio sobre a derrota do *lulismo* e a ascensão do
bolsonarismo à luz da Teoria Marxista da Dependência

Pedro Emílio Rodrigues Alves de Araújo

Orientadora: Professora Doutora Helena Maria Maurício Caneca Sant'Ana

*Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Sociologia*

Júri

Presidente: Doutora Fátima Maria de Jesus Assunção, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutora Helena Maria Maurício Caneca Sant'Ana, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

Doutora Maria da Luz Ramos, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa
2021

*À Maria da Conceição e Geraldo Pedro,
por abrirem com a própria vida o caminho para seguirmos.*

*Em memória de Hélio Junior,
cuja partida prematura deixara um profundo vazio.*

*A todos que, com a grandeza da luta, imprimem significado à vida,
na certeza de que um mundo radicalmente distinto e melhor é possível.*

El pasado nos había acostumbrado a depender de Europa para reflexionar sobre nuestra realidad. La colonia no tenía quien ni porqué pensar: la metrópoli lo hacía por ella. En otros términos, no poseíamos las condiciones materiales y espirituales para crear un pensamiento original. El liberalismo nos decía que ello debía ser así y lo creíamos.

Ruy Mauro Marini

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
PARTE I – POR UMA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	10
I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	11
1. A OPÇÃO PELA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	11
2. REVISÃO DE LITERATURA	14
3. AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA TMD E SUA OPERACIONALIZAÇÃO	16
A) A <i>DEPENDÊNCIA</i> COMO MARCO GERAL PARA ANÁLISE DE SITUAÇÕES CONCRETAS	17
B) A <i>TRANSFERÊNCIA DE VALOR COMO INTERCÂMBIO DESIGUAL</i>	18
C) A <i>SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO</i>	21
D) A <i>CISÃO NAS FASES DO CICLO DO CAPITAL</i>	24
II – ESCORÇO HISTÓRICO.....	28
1. O CARÁTER MARXISTA EMPREGADO À TEMÁTICA DA DEPENDÊNCIA	28
2. A ELEVAÇÃO DA TEMÁTICA AO ESTATUTO DE TEORIA MARXISTA: O APORTE TEÓRICO DE RUY MAURO MARINI.....	32
PARTE II – A DERROTA DO <i>LULISMO</i> E A ASCENSÃO DO <i>BOLSONARISMO</i>: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	35
III – AS CONTRADIÇÕES DO <i>LULISMO</i> – UM BREVE RETRATO CONJUNTURAL	36
1. A “DÉCADA DOURADA” DO <i>LULISMO</i> E A POLÍTICA DE DOMESTICAÇÃO IDEOLÓGICA	36
2. O REVERSO DA ‘MAROLINHA’ – A CRISE CAPITALISTA MUNDIAL E A TRANSFERÊNCIA DE VALOR DO CAPITALISMO BRASILEIRO	39
3. A RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA E A REGRESSÃO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	45
4. A CONTRADIÇÃO ENTRE A MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA E A NECESSIDADE DE MERCADOS	50
5. A PROPAGANDA DA ‘NOVA CLASSE MÉDIA’ E A POLÍTICA DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR.....	53
IV – DA CARICATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – A ASCENSÃO DO <i>BOLSONARISMO</i>	58
1. <i>ONDA CONSERVADORA</i> OU IMPERATIVOS DA CRISE CAPITALISTA?	58
CONCLUSÕES	62
BIBLIOGRAFIA	64

INTRODUÇÃO

O desencadeamento de eventos recentes, como a deposição de Dilma Rousseff, em 2016, sucedida da prisão de Lula e da vitória de Jair Bolsonaro na disputa à presidência da República, ambas em 2018, erguera uma série de interpretações sobre o presente momento do país.

Destacam-se, neste sentido, duas narrativas antagônicas que passaram a hegemonizar a tentativa de elucidar as razões daqueles acontecimentos.

A primeira, comum a setores progressistas, geralmente simpáticos e pouco críticos aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), pode ser sintetizada na hipótese do «*golpe de Estado*», orquestrado a partir de um conluio que abrangeria basicamente setores do monopólio midiático, da classe política tradicional e do estamento jurídico estatal, como parte de um processo de ataque às *liberdades democráticas* em geral e cujo fundo seria a reversão dos *ganhos socioeconômicos* que o PT reivindica ter inaugurado na história nacional para as classes populares. O descontentamento que este suposto ascenso social e econômico gerou nas *classes médias* e naquilo que sua literatura nomeia como a «*elite do atraso*» se reverteria, pois, no estopim a desencadear tal *trama golpista*. Traço eloquente desta interpretação é o premiado documentário *Democracia em Vertigem*, da cineasta Petra Costa.

A segunda narrativa, por sua vez, impulsionada pelo êxito *bolsonarista* enquanto *grand finale* dos eventos que o antecederam, é comum entre setores conservadores da sociedade que, senão partidários do *bolsonarismo*, mostraram-se complacentes com a sua ascensão, e pode ser resumida, *grosso modo*, na hipótese de que aquele conjunto de eventos ocorreria, pois, na esteira de uma «*cruzada anti-corrupção*», que visava moralizar o país, arrancando-lhe aquela chaga supostamente potencializada sob o *petismo*. Aquilo que se convencionou chamar de *Operação Lava-Jato* simboliza, talvez, o ponto alto desta cruzada, para quem nela crê.

Em comum, a impressão de que, muito embora sedutoras e apelativas, ambas parecem dialogar mais com o público a que se endereçam que com a realidade material, cuja complexidade não autoriza reduzir-se ao ponto de nestas parábolas caber. São, em última instância, para recordar o poeta pernambucano, *pontos de vista de dois olhos cegos*.

A reflexão proposta no presente trabalho, tomando-as como ponto de partida, procura afastar-se dessas interpretações passionais, assentando uma leitura crítica da conjuntura em que se inscreveu aquilo que classificamos como a derrota do *lulismo* e a ascensão do *bolsonarismo*.

Para tanto, valemo-nos do resgate da teoria marxista da dependência (TMD), enquanto marco teórico de grande valor na tradição do pensamento crítico latino-americano, cujo emergir enquanto página histórica se deu entre as décadas de 1960 e 1970.

Sabendo, todavia, da distância a apartar a segunda metade do século XX, onde aquele veio crítico de interpretação da realidade florescera, e este primeiro momento do século XXI, onde transcorreram os fenômenos que nos ocupam, resta colocada a *questão nuclear* a inaugurar nossa investigação, a saber: diante do curso incontornável do tempo histórico, de que forma o arcabouço teórico-metodológico da teoria marxista da dependência pode orientar a interpretação da conjuntura brasileira neste século XXI?

A resposta à questão apresentada traduz-se, inicialmente, no esforço de *resgate* do quadro teórico adotado, como forma de afirmar sua vigência teórica e seu vigor analítico, recusando as hipóteses que possam sustentar sua atemporalidade; o que, do ponto vista da pesquisa realizada, converte-se, portanto, no seu *objetivo principal*.

Neste diapasão, como forma de perseguir o objetivo nuclear indicado, realizou-se um esforço de *revisão bibliográfica* atinente, sobretudo, aos aportes fundadores da TMD, buscando, dentre outras coisas, (a) introduzir o contexto histórico em que este marco teórico fora gestado; (b) apresentar e operacionalizar, num segundo momento, as suas categorias analíticas; (c) indicar as divergências teórico-analíticas e teórico-políticas que marcaram as distintas vertentes a disputar a *temática* da dependência latino-americana; (d) abordar, ainda que de forma introdutória e breve, a incorporação e evolução desta temática no seio do *pensamento marxista latino-americano*; (e) informar as debilidades que, por ventura, acompanhavam tanto as *vertentes reformistas*, quanto as *marxistas* inscritas nesta temática da dependência; e, por fim, (f) pontuar, também de forma sintética e introdutória, os aportes teórico-metodológicos outorgados pelo sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini, que marcaram definitivamente a gestação deste marco da teoria marxista.

O fruto deste primeiro esforço está arrolado, por uma questão da exposição, na *Parte I* da presente dissertação, sob o título *Por uma teoria marxista da dependência*, em alusão e homenagem ao trabalho de Nildo Ouriques, cujo ânimo e compromisso na matéria inspira seu aprofundamento.

Buscando, entretanto, avançar para além da mera exposição teórica, talvez insuficiente para atestar a atualidade teórico-analítica da TMD, apresentamos, na *Parte II* desta dissertação, um estudo de caso que busca, através do marco teórico adotado e da articulação das suas categorias com a análise da materialidade concreta, oferecer uma interpretação crítica do

desenvolvimento capitalista brasileiro diante da conjuntura em que se inscreveram tanto a derrota do *lulismo*, quanto a ascensão do *bolsonarismo*.

A concretização deste estudo de caso, a articular o *exame teórico* e a *análise da realidade concreta*, consubstancia-se, portanto, como o *objetivo específico* da presente pesquisa.

Para que o mesmo pudesse ter lugar, foi necessário recorrer a dados e séries históricas referentes ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, fornecidos basicamente pelo Banco Central do Brasil (BC), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); restringidos ao lapso temporal que compreende este início do século XXI, dado que nele se inscrevem os fenômenos que tomam nossa atenção neste trabalho.

Assim, através da combinação de *abordagens teóricas* e *observações empíricas*, a presente investigação reverte-se em pesquisa de natureza qualitativa, cuja recuperação do corpo teórico reivindicado e a apresentação de suas categorias de análise é sucedida da sua confrontação com o exame da realidade concreta.

Nesta senda, considerando a natureza da pesquisa e os objetivos traçados, o *materialismo histórico dialético* orienta-se como o método inafastável à sua consecução, tendo como núcleo interpretativo a abordagem e as categorias ofertadas pela teoria marxista da dependência, em sua proposta de conexão entre *abstrato* e *concreto*, a atender os fins propostos na presente investigação. Quanto aos procedimentos adotados, nossa pesquisa irá reter-se, em relação às fontes, sobre a revisão bibliográfica dos aportes criadores da TMD, em especial os contributos de Ruy Mauro Marini, dedicando-se, ainda, aos trabalhos recentes que tomam a cartografia teórica da TMD como objeto de sua pesquisa, e que se encontram publicados em livros, revistas científicas e teses acadêmicas. Conforme indicado anteriormente, recorrer-se-á, ainda, a séries históricas e dados estatísticos alusivos à evolução econômico-social do país ao longo deste século XXI, como forma de balizar a análise conjuntural proposta no estudo de caso. Este, por fim, desenvolve-se dentro de uma *perspectiva comparativa e evolutiva*, valendo-se do exame dos quadros econômico-sociais, analisados sob a ótica das categorias da TMD, de forma a perseguir as próprias contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro na presente quadra histórica.

Finalmente, cumpre-nos advertir que o presente trabalho não tem, e sequer poderia ter, a pretensão de oferecer um veredicto sobre as *razões* que ensejaram a derrota do *lulismo* e a

ascensão do *bolsonarismo*; havendo quem tenha prerrogativas para tanto, estas não se encontram aqui reunidas.

Pelo seu caráter geral e introdutório, que certamente merecerá aprofundamento posterior, buscou-se, unicamente, através do resgate do marco teórico adotado, oferecer uma *interpretação crítica* da conjuntura onde se inscreveram os fenômenos citados; não nos furtamos, porém, da tarefa de indicar alguns elementos que julgamos nucleares não apenas nos ciclos políticos que possam, nesta conjuntura, afirmar-se, mas especialmente no que toca o desenvolvimento do capitalismo brasileiro nesta quadra histórica; elementos estes que guardam profunda relação com o *estágio da crise capitalista* e o *aprofundamento das relações de dependência*, não guardando qualquer relação com a «*vitória do ódio*», «*onda conservadora*», «*neoconservadorismo*» e outras abstrações que hegemonizam o debate acadêmico e social brasileiro.

A propósito, diante do ecletismo que costuma informar este debate, submerso em *importações teórico-conceituais* estranhas à nossa realidade concreta, a oportunidade de participar no resgate de um veio crítico de interpretação das nossas contradições, fundado na heresia daqueles que recusaram ler *nuestra América* segundo as lentes teóricas e conceituais do *norte global*, apresenta-se, pois, como um compromisso intelectual, do qual nossa contribuição, por pequena e precária que seja, procura afiançar.

PARTE I – POR UMA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A OPÇÃO PELA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Em uma das suas obras seminais, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, Marx, evocando Hegel – que houvera dito que ‘*todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história são encenados, por assim dizer, duas vezes*’ – tratou-lhe de acrescentar, sugerindo esquecimento do grande filósofo alemão, que esta encenação se daria «a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa» (Marx [1852], 2011a: 23).

Nos idos anos 50 do século passado, diante do avanço da burguesia industrial na América Latina, o *desenvolvimentismo* se converte não só na ideologia dominante na região, mas na matriz por excelência das políticas públicas ali promovidas (Marini, 1994). O otimismo reinante à altura não impedira, porém, que na aurora dos anos 60, contrariando as expectativas de superação do subdesenvolvimento ou de promoção de um *desenvolvimento capitalista autônomo*, pela via da industrialização, tenha se aberto um período de crises generalizadas, dando lugar a uma década de pessimismo, caracterizada pela estagnação econômica e o fracasso das políticas de desenvolvimento (Dos Santos, 1970a).

Junto ao emergir dos turbulentos acontecimentos, restou aberta, conseqüentemente, uma fissura no seio do pensamento *cepalino* – enquanto expressão mais aguda do desenvolvimentismo latino-americano – deitando raízes sobre a suposta vocação nacionalista e anti-imperialista das burguesias autóctones que, conforme restou evidenciado no caso das frações da burguesia industrial brasileira, aceitam o «papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros» (Marini [1969], 2017: 108).

Já no início deste século XXI, não mais sob a efervescência e a lucidez dos movimentos de massa dos anos 60, a versão pálida daquele desenvolvimentismo, o *neodesenvolvimentismo*, simulava que o Brasil, *pela primeira vez na sua história*,¹ achava-se diante dos trilhos para superação de suas estruturais desigualdades sociais e econômicas, tratadas, não raro, como «*injustiças sociais*», numa perspectiva moral, levantada para ocultar ou esterilizar a *natureza de classe* desses fenômenos, como há muito denunciava Álvaro Vieira Pinto (cf. Pinto, 2008).

¹ A declaração da economista portuguesa Maria da Conceição Tavares, em entrevista concedida em 2010, a respeito da crença na superação das seculares desigualdades econômico-sociais brasileiras, sob a égide do *lulismo*, parece-nos reveladora: «estou lutando pela igualdade desde que aqui cheguei. E só agora é que eu acho que estamos no rumo certo» (Tavares, 2011: 39). A tese de «governos pós-neoliberais» como suposto traço característico dos governos *petistas*, levantada por Sader (2013), aparece, talvez, como o exemplo mais agudo da confusão entre o *desejo* e a *realidade concreta*, desaguando em interpretações tão entusiasmadas quanto acrílicas daquele fenômeno.

Seja como for, se crença anterior girava em torno da industrialização, como etapa necessária ao *desenvolvimento* e *modernização* nacional; agora, centrava-se diante da *correção das injustiças* no plano doméstico, especialmente através de políticas sociais – «o coração dos governos Lula e Dilma», exclama Sader (2013: 7) – tendo como motor econômico a impulsionar esta “viragem” o setor primário-exportador, que o desenvolvimentismo do século XX rejeitava, e a sua fração de classe, contra quem o mesmo abria fogo (Marini, 1994).

Como esperado, a primavera, tanto do *desenvolvimentismo*, com sua otimista crença nos efeitos da industrialização, quanto do *neodesenvolvimentismo*,² com sua ingênua crença na alta conjuntural e artificial dos preços agrícolas e minerais demandados neste início do século XXI (Paschoal & Carcanholo, 2009), tivera seu fim, restando aberta, em ambos os casos, crises de largas dimensões, sucedidas pela coesão dos setores mais reacionários da burguesia nacional, reunidos em torno da reprodução dos seus interesses de classe.

Assim, seja como *tragédia*, como ocorrera no século passado, desaguando no golpe de 1964, seja como *farsa*, como se dera neste século, culminando na deposição de 2016, os grandes fatos da história, conforme postulara Marx, em 1852, têm se repetido na paisagem social brasileira.

O marco teórico que resgatamos e reivindicamos como dotado de força teórico-analítica à interpretação do tempo presente, apresenta como características fundadoras (a) a crítica à concepção estratégico-tática da *revolução democrático-burguesa*, adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), estruturada numa aliança com a burguesia industrial nacional, portadora, em tese, da *vocação nacionalista* e do *interesse anti-imperialista* há pouco mencionados, e (b) a crítica radical das teses formuladas pelo *desenvolvimentismo cepalino*, pois, embora reconhecidamente o ponto alto da reflexão daquilo que Vânia Bambirra chamou de «ciência social oficial», mostrava-se ainda limitado pelos compromissos assumidos com a ordem vigente, tornando-se, portanto, *instrumento de mistificação*, na medida em que revelava «apenas o aspecto “consentido” da realidade» (Bambirra [1972], 2019: 35).

Logo, mais que realizar uma crítica às reflexões dominantes à altura, a teoria marxista da dependência procura, *a um só gesto*, superá-las, oferecendo uma análise original e rigorosa do *caráter* e das *especificidades* em que se reproduz este capitalismo *sui generis*, chamado dependente na América Latina.

² Merece atenção a reflexão que postula que o neodesenvolvimentismo é «mais uma versão do liberalismo enraizado, que exprime o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal orientada para a estabilização macroeconômica» (Gonçalves, 2012: 637).

Ao recapitular as reflexões originadas por este veio crítico de interpretação da realidade latino-americana, utilizando sua cartografia teórica como conselheira da nossa reflexão, julgamos poder contribuir com uma observação crítica, que encontrará na *aceleração da crise capitalista mundial* e no *aprofundamento das relações de dependência* os fundamentos para interpretação da conjuntura em que se inscreveram os câmbios políticos recentes.

Em tempos de grandes confusões teóricas e políticas, como lembrou recentemente Jaime Osório, a reivindicação da TMD e o manejo de suas categorias de análise nos parece uma escolha acertada à consecução da interpretação que propomos, considerando, especialmente, que sua leitura crítica, fundada do «encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo» (Luce, 2018: 8), mas fincada em sólidas colunas na interpretação da realidade material latino-americana, afasta-nos das *interpretações mistificadoras* que anunciavam, como ainda anunciam, uma possível redenção às classes trabalhadoras nos marcos do capitalismo dependente, quando se sabe, ao menos desde Andre Gunder Frank, que sob o mesmo não resta outra possibilidade senão a do «desenvolvimento do subdesenvolvimento» (Frank, 1967).

Entendemos, finalmente, que a mera reprodução de teses, teorias ou conceitos importados de *realidades forasteiras*, tende a desaguar em interpretações que não guardam coerência com a nossa realidade concreta ou, quando muito, para recordar Vânia Bambirra uma vez mais, revelam *aspectos consentidos da realidade*, revertendo-se, portanto, em instrumentos de sua mistificação, e não de sua inteligência.

Nossa tarefa ao recapitular esta fecunda página do pensamento crítico latino-americano, como forma de oferecer uma análise do quadro conjuntural contemporâneo é, antes de tudo, uma tentativa de afastar-se dessas mistificações e importações teórico-conceituais, assentando uma leitura crítica e objetiva através do manejo das categorias que aquele marco teórico nos dispõe.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Ao ter, inicialmente, o intento de realizar uma investigação a respeito do caráter e das possíveis motivações da ascensão do *bolsonarismo*, enquanto força conservadora, nos debruçamos sobre uma literatura que trata o fenômeno da ascensão de movimentos, partidos e líderes radicais de direita, especialmente no contexto do *norte global*.

Tal literatura, em apertado resumo, detém-se a questões que são, de um lado, muito caras à compreensão deste fenômeno na realidade concreta em que se inscrevem, e, de outro, muito particulares às próprias singularidades sociais, históricas, geográficas, culturais e econômicas daqueles países, destacando-se, a título de exemplo, a reincidência de temas como o *populismo* (Betz, 1994; Pierson, 2017), o *étno-nacionalismo* (Bonikowski, 2017), o *racismo* (Bobo, 2017a; Bobo, 2017b), e as próprias *questões econômicas* (Streeck, 2017).

Assim, embora este primeiro contacto tenha sido de grande valor, servindo para aclarar e mesmo sintetizar o objeto de nossa pesquisa, apontando-a para outra perspectiva, vê-se, hoje, que aquela revisão bibliográfica serviu, antes de tudo, para confirmar que as especificidades que informam as contradições vislumbradas na formação econômico-social brasileira exigem um diagnóstico próprio, porquanto, uma *literatura própria*.

Nesta senda, entre idas e vindas, nos deparamos com a teoria marxista do imperialismo, especialmente os postulados de Lênin, para, a partir destes, chegar ao debate sobre a *dependência latino-americana*, nomeadamente na interpretação firmada pela *vertente marxista*, onde estas duas escolas críticas de interpretação da materialidade capitalista convergem, como lembrou Valencia (2017), dialeticamente.

A revisão de literatura realizada, atinente à cartografia teórica da TMD, operou-se, pois, conforme a própria lógica de exposição desta dissertação, em *duas frentes*.

A primeira, associada à revisão de seus formuladores clássicos, nomeadamente Marini (1976; 1977; 1978a; 1978b; 1979a; 1979b; 1992; 1994; 2017), Bambirra (1978; 2019), Dos Santos (1968; 1970a; 1970b; 2017), Frank (1965; 1967) e Caputo e Pizarro (1971); tendo como objetivo, por um lado, a apreensão das motivações e circunstâncias históricas em que a TMD fora gestada, e, por outro, a compreensão dos avanços e limites que suas formulações e categorias possam ter representado na análise da realidade concreta da América Latina, além de apreender os aspectos medulares daquelas categorias, de forma apresenta-las e, posteriormente, utiliza-las no estudo de caso proposto.

A segunda frente de revisão, por sua vez, ocupou-se da aproximação com aqueles trabalhos recentes que tomam o arcabouço teórico-metodológico da TMD como fundamento das suas investigações, merecendo especial destaque os trabalhos de Osório (2013; 2016; 2017), Ouriques (2017), Luce (2013; 2018), Valencia (2017), Carcanholo (2018), Prado (2011), Seabra (2019) e Strauss (2018); os quais, seja recuperando este marco teórico a partir da revelação das circunstâncias históricas em que florescera, seja aclarando e aprimorando suas categorias, seja, por fim, utilizando-as como instrumental interpretativo do seu programa de pesquisa, continuam a dar vida a este legado da teoria marxista.

3. AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA TMD E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Como veremos adiante, a teoria marxista da dependência, enquanto marco teórico estruturado e coerente, surge, a rigor, a partir do ensaio seminal de Marini, *Dialética da Dependência*, publicado, originalmente, em 1973, no México.

É neste ensaio, portanto, que se formulam as categorias que servirão de base à interpretação das especificidades de um capitalismo *sui generis* – denominado *capitalismo dependente* – em seu movimento dialético entre a dinâmica da economia capitalista mundial e as estruturas internas da dependência por ela moldadas.

Daquele ensaio se extrai, pois, as categorias (a) da *transferência de valor como intercâmbio desigual*, (b) da *superexploração da força de trabalho* e (c) da *cisão nas fases do ciclo do capital*; todas articuladas entre si e portadoras de tradução do caráter e das especificidades em que se reproduz este capitalismo dependente.

Neste sentido, prescindindo de quaisquer pretensões de esgotar o debate sobre o alcance teórico e a vigência analítica destas categorias, tampouco almejando prescrutar todos os atecedentes históricos que informaram sua gestação, bem como as críticas, de motivações teóricas ou políticas, que delas afluíram, restringimo-nos à tarefa de apresentá-las em seus aspectos mais gerais, a partir dos aportes clássicos e recentes do programa de pesquisa da TMD, buscando, simultaneamente, operacionalizá-las à nossa proposta investigativa.

Iniciamos, pois, com a apresentação da categoria fundamental, que é a da *dependência*, conforme compreensão da escola marxista.

A) A DEPENDÊNCIA COMO MARCO GERAL PARA ANÁLISE DE SITUAÇÕES CONCRETAS

A opção pela TMD como marco teórico a referenciar nosso trabalho coloca a *dependência* como categoria analítico-explicativa fundamental da nossa reflexão.

Entendemos que a dependência enquanto categoria é, antes de tudo, quem «define o marco geral dentro do qual se inscreve a análise de situações concretas» (Caputo & Pizarro, 1971: 67 – tradução nossa).

Embora seja crível pontuar, como fizera Bambirra (1978), que a origem do termo dependência no léxico marxista remonte a Lênin – que tanto em *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*,³ de 1916, quanto no *Primeiro rascunho das Teses sobre os problemas nacional e colonial (para o II Congresso da Internacional Comunista)*, escrito em 1920, utilizava a caracterização da dependência como forma de expressar a diferenciação operada no âmbito das *relações imperialistas* – tem-se que sua conceptualização, de facto, somente viera a ocorrer mediante a reflexão do marxismo latino-americano, através do programa de pesquisa da TMD (Luce, 2018: 206-212).

Destaca-se, neste sentido, o esforço do sociólogo brasileiro Theotônio dos Santos, como um dos intelectuais marxistas responsáveis pela operacionalização dos aspectos medulares da dependência enquanto categoria no âmbito do grande debate teórico, político e social travado nas ciências sociais latino-americanas, entre 1960 e 1970 (Bambirra [1972], 2019: 32).

Em *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*, de 1970, Theotônio inaugura um esforço de crítica, sistematização e conceptualização da dependência. Ali, o autor destaca que seu conceito surge na América Latina como resultado do processo de discussão sobre o tema do *subdesenvolvimento* e do *desenvolvimento*; mais que isso, à medida que não se cumprem as expectativas postas pelo desenvolvimentismo nos efeitos da industrialização, coloca-se em dúvida, também, a própria teoria do desenvolvimento que servira de base ao modelo de *desenvolvimento capitalista autônomo*, iniciado nos anos 50 do século passado na região. Assim, «o conceito que serve de caminho para superação dos erros anteriores é o da dependência» (Dos Santos [1970], 2017: 144 – tradução nossa).

³ «Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também *as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que, na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática*. Uma destas formas, a semicolônia, já indicamos anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina» (Lênin [1916], 2010: 83-84 – itálicos nossos).

Cumpra pontuar que um dos aspectos centrais a distinguir a compreensão da dependência no pensamento marxista é o facto de entendê-la não como expressão de um *fenômeno exógeno*, cujas determinações são dadas pelos centros hegemônicos numa espécie de «coação externa» (Bambirra [1972], 2019: 38), onde «não aparecem os elementos que “internalizam” a dependência» (Osório, 2017: 108). A interpretação marxista postula, diferentemente, que a dependência se apresenta como *situação condicionante concreta*, que *configura, molda e limita* certos tipos de *estruturas internas* (Dos Santos, 1970a).

Assim, ao rejeitar a compreensão da dependência enquanto *fenômeno externo*, localizando e indicando as *estruturas internas* que são moldadas e modificadas a partir desta situação condicionante concreta, chegamos à noção de dependência que nos norteia, enquanto «relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo quadro as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas em ordem a assegurarem a reprodução ampliada da dependência» (Marini, 1976: 11).

É a partir desta conceptualização que Marini (1976), introduzindo sua temática de investigação sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente, joga luz sobre outros *fenômenos ordenadores* das formações latino-americanas que, pelo seu carácter estrutural e sistémico, assumirão a forma de *leis específicas* do desenvolvimento capitalista dependente, tornando-se, portanto, categorias que, somadas àquela da dependência, irão lhe outorgar maior significado, fazendo-a aparecer não como elemento autoexplicativo de nossas contradições, mas, antes, como «síntese de múltiplas determinações» (Luce, 2018: 197).

Uma destas categorias medulares formuladas por Marini (1976), que elucida uma condicionante histórico-estrutural da dependência, é a *transferência de valor como intercâmbio desigual*, a qual passamos a discorrer como parte integrante da nossa reflexão.

B) A TRANSFERÊNCIA DE VALOR COMO INTERCÂMBIO DESIGUAL

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. O desenvolvimento das relações mercantis assenta as suas bases em ordem a uma melhor aplicação da lei do valor, mas cria, simultaneamente, todas as condições para que intervenham os distintos recursos mediante os quais o capital procura burlá-la.

Teoricamente, a troca de mercadorias exprime uma troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam no modo como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias.

- Marini, *Dialética da Dependência*.

Do trecho nodal de Marini (1976: 22), podemos destacar o núcleo a partir do qual se reproduziu idealmente a materialidade concreta de um fenômeno apreendido pela categoria da *transferência de valor como intercâmbio desigual*.

Esta, em apertado resumo, exprime uma *determinante histórico-estrutural* das formações dependentes, constituída por distintos mecanismos de transferência do valor produzido no capitalismo dependente que será apropriado e, portanto, fará parte do processo de acumulação das economias centrais (Carcanholo, 2018).

Disto resulta a *não-identidade entre a magnitude do valor produzido e a magnitude do valor apropriado* pelas economias dependentes (Luce, 2018: 31-36), que se verificará especialmente no âmbito do mercado capitalista mundial e no marco das distintas esferas de produção que se inter-relacionam, ou seja, na confrontação, no mercado mundial, daquelas economias dependentes com as economias avançadas, portadoras de maior grau de produtividade do trabalho, domínio tecnológico, monopólio sobre a produção de determinados bens, dentre outras particularidades que moldam uma divisão internacional do trabalho que se sabe assimétrica na sua concretude (cf. Prebisch & Cabañas, 1949).

Neste quadro de confrontação entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufacturas e matérias-primas, «o mero facto de umas produzirem bens que as demais não produzem, ou que não o podem fazer com a mesma facilidade [leia-se produtividade], permite que as primeiras iludam a lei do valor, quer dizer, vendam os seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando, assim, uma troca desigual» (Marini, 1976: 23).

Diante deste cenário de *troca desigual*, no qual as nações desfavorecidas cedem parte do valor produzido às nações avançadas, e ante à impossibilidade das primeiras de sustar aquelas transferências no seio das relações capitalistas, abre-se a elas um *mecanismo de compensação* que permite neutralizar, total ou parcialmente, as perdas sentidas, mediante o aumento do valor realizado. É assim que, visando incrementar a *massa de valor produzido*, as burguesias dependentes valem-se de uma *maior exploração da força de trabalho*, seja através do *aumento da sua intensidade*, seja mediante o *prolongamento da sua jornada*, seja, por fim, através da combinação dos dois processos. O que importa assinalar, em todo caso, é que todos os mecanismos descritos «concorrem para aumentar a massa de valor realizada e, por conseguinte, a quantidade de dinheiro obtida através da troca» (Marini, 1976: 25).

É precisamente isto que explica a tendência ao aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas, mesmo diante de uma conjuntura que acentue a margem entre os seus preços

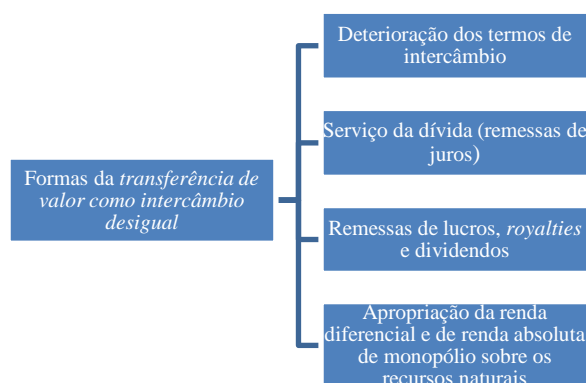
de mercado e o valor real da produção, ou, dito em linguagem usual, à medida em que se depreciem seus *termos de troca*.⁴

Cabe destacar, em linhas conclusivas, o acento trazido por Luce (2018) para as *formas fenomênicas* que a dependência pode apresentar, com maior ou menor grau, em cada conjuntura histórica, isto é, a divisão útil em termos analíticos em que a dependência se manifesta mais visivelmente nas esferas comercial, financeira e tecnológica; embora sabendo que são «camadas da totalidade, que denotam algumas das suas características mais imediatas» (Luce, 2018: 48).

Tendo, finalmente, presente estas manifestações mais visíveis, passamos a expor, na *Figura 1*, as formas materiais em que se apresentam a *transferência de valor*, segundo a esquematização apresentada por Luce (2018).

Figura 1

Transferência de valor como intercâmbio desigual



Nota. Fonte: Luce, M. S. (2013). *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. (1ª ed.) São Paulo: Expressão Popular, p. 50.

Impossibilitados de prescitar cada uma das formas em que a *transferência de valor* se manifesta, tampouco almejando esquadrinhar todas suas manifestações concretas, optamos por nos reter, no estudo de caso proposto, àquela referente às *remessas de lucros e dividendos* operados desde a economia brasileira, com especial atenção ao seu movimento a partir de 2008.

O ano de 2008 justifica-se, de um lado, por ser o marco da última grande inflexão da *crise capitalista mundial*; e a escolha pelas *remessas de lucros e dividendos*, enquanto

⁴ Podemos utilizar a exportação de soja brasileira para exemplificar o fenômeno aludido: em 2010 quando o produto era vendido a US\$ 0,38 o kg, o país exportou 29,1 milhões de toneladas; em 2013, diante de uma alta do seu preço (atingindo US\$ 0,53 o kg), o país passou a exportar 42,8 milhões de toneladas de soja; a partir deste momento, a soja sofre uma queda vertiginosa no seu preço, que é diametralmente oposta à quantidade exportada do produto, que só aumenta. Assim, no ano de 2020, quando se comercializava o quilo de soja a US\$ 0,34 o país exportou 83 milhões de toneladas deste produto. Os dados são do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

expressão concreta da *transferência de valor* realizada no período, é justificada, de outro lado, por também guardar correlação com a *aceleração daquela crise*, sustentando como hipótese que os seus efeitos, ao contrário do que postularam os acadêmicos simpáticos ao *lulismo*, foram devastadores à economia brasileira, submetida a uma *drenagem massiva* de valor que serviu, em especial, para contra-arrestar os efeitos da crise capitalista nas economias centrais.⁵

Avançaremos, adiante, para a exposição dos aspectos que julgamos centrais à apreensão da categoria da *superexploração da força de trabalho*, enquanto expressão daquele *mecanismo de compensação* há pouco mencionado, de que se valem às burguesias dependentes, de forma a minorar as perdas sentidas pela *transferência de valor*.

C) A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O que se torna claro, pois, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não procuram tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas antes compensar a perda de receitas geradas pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador.

- Marini, *Dialética da Dependência*.

Visto de um primeiro ângulo, a *superexploração* referida por Marini (1976: 25) apareceria como fenômeno cuja causalidade estaria, pois, invariavelmente relacionada à *transferência de valor* operada desde as economias dependentes em direção às economias centrais.

Ocorre, contudo, que esta apressada constatação é equivocada, dado que o próprio autor adverte que não é necessário que exista uma *troca desigual* para que se comecem a intervir os mecanismos de extração da mais-valia, pela via da *superexploração*; a simples vinculação da economia dependente ao mercado mundial e a sua conseqüente conversão da produção de *valores de uso* em *valores de troca* (cf. Carcanholo, 1999), tem como resultado imediato «desencadear um afã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atraso é o modo de produção existente» (Marini, 1976: 27).

⁵ Há quem postule que esta crise a que nos referimos é uma *crise estrutural* do capitalismo. Sobre a expressão, convém reter o seguinte: «a expressão crise estrutural pode gerar alguns enganos. Não se trata de uma crise terminal, que levara o capitalismo, inexoravelmente, à própria destruição. Tal interpretação fatalista, determinística, teleológica, é completamente estranha a Marx, que entendia as leis de tendência do capitalismo em um sentido dialético. [...] *Crise estrutural*, para ser preciso, significaria que o capitalismo, para reconstruir (novas) bases de um novo processo de acumulação de capital subsequente estaria obrigado a modificar radicalmente as bases do processo de acumulação que o caracterizaram até aquele momento» (Carcanholo, 2018: 24 – itálicos originais).

Neste sentido, o efeito da *troca desigual* experimentado pelas economias dependentes, quando da sua confrontação, no comércio mundial, com economias avançadas é, na verdade, o de «exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extracção do trabalho excedente» (Marini, 1976: 28); o que, do ponto de vista da análise, indica uma relação de *aprofundamento*, não de *causalidade direta*.

Com efeito, a *superexploração* referida por nosso autor se define, *grosso modo*, por uma forma de exploração da força de trabalho centrada *fundamentalmente* na maior exploração física do trabalhador, e não da exploração resultante do incremento da sua capacidade produtiva, tendendo a «exprimir-se normalmente no facto de a força de trabalho se remunerar abaixo do seu valor real» (Marini, 1976: 69).

Tal categoria, no bojo da reflexão acima exposta, levantara uma série de deformações, como as proferidas por Serra e Cardoso (1978), Mantega (1985) e Castañeda e Hett (1988) que, em comum, guardam o facto de indicarem, de forma aligeirada e grosseira, que a superexploração se exprassaria como *sinónimo de mais-valia absoluta*, restando impossibilitado, portanto, o aumento da produtividade do trabalho, enquanto requisito necessário à transição daquela em direcção à *mais-valia relativa*; seus efeitos, tomado como verdadeiros estes pressupostos, levariam às “teses” da *pauperização absoluta* e da *inexistência de mercado interno*; logo, os postulados de Marini, ao partirem da circulação de mercadorias, indicando que existe uma *cisão* entre produção e realização para amplos setores da população sob a economia dependente, mereceriam, pois, o título de *circulacionanista*, além da pecha de *economicista*, é claro.

Diante das impossibilidades estruturais desta dissertação, já assinaladas anteriormente, restringimo-nos a indicar que o conjunto destas críticas mereceu cuidadoso escrutínio de Luce (2018: 136-154), além de Osório (2013), e que, boa parte delas já haviam sido respondidas, de forma irrecorável, pelo próprio Marini ao longo da sua obra (cf. Marini 1976; 1978b; 1979b).

Finalmente, a *superexploração* referida por Marini, nomeadamente em *Dialética da Dependência*, expressa-se mediante três formas clássicas: (i) o *aumento da intensidade do trabalho*, traduzido em aumento da mais-valia pelo recurso da maior exploração do trabalhador, e não do incremento da sua capacidade produtiva; (ii) o *prolongamento da jornada de trabalho*, como forma de extração da mais-valia absoluta na sua forma clássica, fazendo aumentar o *tempo de trabalho excedente*, «que é aquele em que o trabalhador continua a produzir depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência do próprio consumo» (Marini, 1976: 26-27), e (iii) a *redução do fundo de consumo* do trabalhador para além dos limites

normais, onde este se converte, em certas circunstâncias, em fundo de acumulação do capital; o que, na prática, significa dizer que, sob o regime da *superexploração*, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor.

A despeito das inúmeras controvérsias em torno da presente categoria, importa dela, para fins desta pesquisa, reter o seguinte:

- a. Trata-se da «pedra angular para compreender a especificidade do capitalismo latino-americano, na medida em que dá conta das formas particulares em que se assenta a produção de mais-valia, como é explorada a força de trabalho e as tendências que dela derivam à circulação e à distribuição» (Osório, 2017: 122);
- b. «Os mecanismos econômicos que engendram a superexploração e a reforçam, em particular o crescimento do exército industrial de reserva, atuam naturalmente no sentido de elevar a taxa de mais-valia e criam ademais, no plano político, condições para que os trabalhadores sofram pressões que vão no mesmo sentido» (Marini, 1979b – tradução nossa);
- c. «Ao constatar o divórcio que se verifica entre produção e circulação na economia dependente (e sublinhar as formas particulares que esse divórcio assume nas distintas fases do seu desenvolvimento), insistiu-se a) no facto de que esse divórcio *se gera a partir das condições peculiares que a exploração do trabalho adquire na dita economia [...]* e b) no modo como essas condições fazem brotar, permanentemente, *do próprio seio da produção*, os factores que agravam o divórcio e o levam, ao configurar-se a economia industrial, a desembocar em graves problemas de realização» (Marini, 1976: 63 – itálicos no original).

Assim, a *superexploração*, a exemplo da *transferência de valor*, não se apresenta como fenómeno conjuntural nas formações latino-americanas; ao contrário, «mais do que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente ou elementos de ordem transitória, estes fenómenos são manifestações do modo particular como incide na economia dependente a lei geral da acumulação de capital» (Marini, 1976: 76).

Buscamos, nesta pesquisa, nos apropriar desta categoria orientando a *superexploração da força de trabalho* como antítese à propaganda da «*nova classe média*» que, sob o *lulismo*, Neri (2008) buscou alçar como fenómeno eloquente da atuação dos governos *petistas*, especialmente no que toca à dinamização do mercado interno através do consumo das classes populares.

Postulamos, alicerçados na presente categoria e na cartografia teórica da TMD, que o próprio dinamismo do mercado interno verificado durante os governos do PT obedeceu às exigências do desenvolvimento capitalista brasileiro nesta quadra histórica, caracterizado cada vez mais pelo peso exercido pela *lógica especulativa do capital fictício* (cf. Paschoal & Carcanholo, 2009); assim, sua dinâmica foi orientada, sobretudo, pelo mecanismo do *endividamento familiar*, através do incentivo ao crédito, obedecendo, pois, os interesses das frações financeiras do grande capital, que exercem a reitoria da acumulação capitalista nesta conjuntura histórica.

Passemos, finalmente, à exposição da última categoria gestada por Marini, nomeadamente em *Dialética da Dependência*, de que nos valemos nesta pesquisa. Trata-se da *cisão nas fases do ciclo do capital*.

D) A CISÃO NAS FASES DO CICLO DO CAPITAL

Apoiado na superexploração de maneira permanente, o capitalismo dependente gera um ciclo do capital no qual se produz uma ruptura entre a esfera de produção e a esfera da circulação, que de outra perspectiva não é mais do que o crescente divórcio entre o aparelho produtivo e as necessidades de consumo das amplas maiorias da população.

- Jaime Osório, *O marxismo latino-americano e a dependência*.

A constatação apreendida da exposição das categorias gestadas por Marini (1976), as quais concluímos com esta apresentada na epígrafe de Osório (2017: 120), indica um diálogo dialético entre ambas, traduzindo fenômenos que, na sua totalidade, guardam íntima relação entre si e com a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente.

Neste sentido, se *transferência de valor como intercâmbio desigual* opera uma *descapitalização* às economias dependentes (Marini, 1994), esta é contra-arrestada – não como lógica de causalidade direta, como buscamos sublinhar – pelo aumento do valor produzido, obtido não através do incremento da capacidade produtiva do trabalho, mas, antes, pelo *aumento da exploração física da força de trabalho* nas economias dependentes, fazendo com que esta caracterize-se normalmente pela remuneração abaixo do seu valor real, traduzindo-se, pois, num regime de *superexploração da força de trabalho*; este, por sua vez, ao converter parte do fundo de salário em fundo de acumulação do capital, gera um desequilíbrio no *ciclo do capital* nas economias dependentes que, somado a outros fatores, farão erigir um *divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das amplas massas* (Marini, 1976), convertendo-se, não raro, numa divisão nas *esferas de consumo*, que assumirão a dualidade entre uma *esfera alta*, portadora de maior dinamismo e lastreada na mais-valia extraída da

classe trabalhadora, centrada no consumo de bens suntuários, típico dos estratos médios e das classes dominantes nacionais; e uma *esfera baixa*, de parco dinamismo, centrada no consumo de bens necessários à reprodução da classe trabalhadora, submetida ao regime da *superexploração* (Marini, 1979a; 1979b).

Como assinalado há pouco, juntamente com o impacto que lhe causa a *superexploração da força de trabalho*, incide sobre a *cisão nas fases do ciclo do capital* outros fatores que, de forma sintética, buscaremos precisar adiante.

Recordemos, inicialmente, que durante a fase da *economia exportadora*, no início do século XX, a economia dependente latino-americana representava um sistema de produção *complementar* às economias centrais, tendo seu ciclo do capital por elas determinado (Marini, 1979a; Ramos, 1960). Somente quando a economia dependente se converte em verdadeiro centro produtor de capital é que traz incorporada a sua fase de circulação – «o que alcança sua maturidade, ao constituir-se ali um sector industrial» (Marini, 1976: 62). É a partir deste momento que os fenômenos da circulação que se apresentam na economia dependente deixam de corresponder primariamente a *problemas de realização* das nações industriais, a que se subordinava, para converter-se em problemas de realização *referidos ao seu próprio ciclo do capital*.

Neste momento, importa reter as *três fases* que compõem o ciclo do capital, segundo Marini, são elas: (i) a *fase da circulação*, onde é estudado o movimento do capital que, sob a *forma dinheiro*, comparece na circulação para adquirir, no ato da compra, meios de produção e força de trabalho – chamada de C1 por Marini (1979a); (ii) a *fase da acumulação e produção*, mediante a qual o capital assume a forma de meios de produção e força de trabalho para, mediante um processo de exploração, promover sua própria valorização, ou em termos marxistas, criar *mais-valia*; e (iii) a *segunda fase da circulação*, na qual o capital, sob a *forma mercadoria* que contém seu valor inicial acrescido da mais-valia gerada, entra no mercado para alcançar sua transformação novamente em dinheiro através da troca, da venda – fase chamada de C2 pelo autor.

Da primeira fase do ciclo do capital – C1 – devemos ter em conta a *origem* do capital que inaugura aquele ciclo. Tratando-se de uma economia dependente, dois fatores serão determinantes neste momento, são eles: (a) a massiva presença de *capital estrangeiro* a incidir sobre a formação de capital no ciclo econômico dependente, e (b) a influência do Estado, enquanto indutor econômico, através do investimento público, assumindo transcendental importância diante da capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada

pelo capital privado, de produzir ele próprio mais-valia e, por fim, de capturar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho (Marini, 1979a).

Nesta toada, insiste o autor, «o ciclo econômico da economia dependente, nas diferentes fases de expansão e recessão que atravessa, está diretamente ligado ao mundo exterior, e é em grande parte suscetível a ser influenciado pelo Estado» (Marini, 1979a: 5 – tradução nossa). Além disso, sendo o primeiro componente um fator externo à própria economia dependente, irá apresentar-se, pois, como um fator totalmente alheio ao seu controle.

Insistamos neste fator, pois, na presente conjuntura, sob a propaganda ideológica da «necessidade» de *atrair investimentos estrangeiros*, de *modernizar o país* ou de *reduzir o custo Brasil*», impõe-se, contra a classe trabalhadora no seu conjunto, uma série de contrarreformas que lhe retiram direitos, precarizam sua força de trabalho e que empurram ainda mais para baixo o seu salário, ou seja, que aprofundam, em última instância, as formas de manifestação da *superexploração da força de trabalho*.

Desta maneira, um dos aspectos primordiais a não perder de vista quanto ao capital estrangeiro como elemento a intervir na formação de capital que dá origem ao processo de acumulação na economia dependente é que, tomá-lo neste sentido, não significa, em hipótese alguma, ratificar a tese pela qual se sustenta que esse «capital estrangeiro desempenha um papel complementar ao investimento doméstico e, portanto, contribui para o desenvolvimento da economia dependente» (Marini, 1979a: 4 – tradução nossa); isto, porque, embora sendo claro que o capital internacional *integre e determine* o ciclo do capital na economia dependente, o seu investimento representa *mera restituição de capital* em relação ao que já foi dela extraído (Caputo & Pizarro, 1971).

Inobstante, outro elemento crucial a apreender do ciclo do capital na economia dependente é que, a despeito de incidirem no processo de produção elementos tipicamente nacionais – como a mão de obra contratada, a terra e as matérias-primas utilizadas – outra parte importante à produção advém de fora, nomeadamente máquinas e equipamentos. Embora não seja este um traço exclusivo das economias dependentes, o que lhe caracteriza em distinção às demais formações econômico-sociais é «a forma aguda que essa característica adquire e o facto de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital» (Marini, 1979a: 6 – tradução nossa). Em consequência, a produção na economia dependente se subordina, em larga medida, ao setor de bens de capital dos países avançados, seja materialmente, através da compra de máquinas e equipamentos necessários à produção, seja tecnologicamente, mediante a importação de conhecimento útil a operar

estes meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Deste último fator, resulta o estresse da dependência financeira, ao dar lugar ao pagamento de *royalties*, assistência técnica e diversas outras formas que incidirão em transferências do valor produzido nas economias dependentes (Marini, 1979a).

O conjunto destes fatores, insistimos, reverte-se em elemento vital à compreensão da presente conjuntura brasileira, caracterizada, dentre outras coisas, pela evidência de ao menos três fenômenos.

O primeiro, representado pelo incremento massivo de *capital internacional* a desnacionalizar a estrutura produtiva do país, pode ser verificado pelo aporte de capital sob a forma de *investimento estrangeiro direto* que, segundo dados da Cepal, significava, em 1990, a quantia de US\$ 364 milhões, passando a atingir, uma década depois, a cifra de US\$ 30.4 bilhões, e alcançando, doze anos mais tarde, em 2012, o valor de US\$ 90.4 bilhões de capital estrangeiro aportado na economia brasileira, sob aquela forma de investimento. O que significa um incremento de mais de 24.000% entre 1990 e 2012.

O segundo fenômeno, por sua vez, traduzido pelo aumento também desproporcional da massa de valor transferido aos países centrais, a título de *remessa de lucros e dividendos*, como consequência direta daquele processo de desnacionalização da estrutura produtiva aludido.

O terceiro, finalmente, expressa-se pelo aprofundamento daquele divórcio entre a estrutura produtiva nacional e as necessidades de consumo das classes populares, que aparece, a título de exemplo, pela paradoxal e reveladora notícia de que o país registrou, em 2020, o menor consumo de carne bovina em 24 anos, na esteira de um massivo incremento da exportação deste produto no mercado mundial.⁶

A exposição dos dados que confirmam os fenômenos indicados será realizada adiante, na *Parte II* da presente dissertação, quando do estudo de caso proposto, como forma de articular o *exame teórico* das categorias apresentadas com a *análise da realidade concreta*.

Avançamos, em seguida, à breve exposição da evolução da temática da dependência latino-americana no seio do pensamento marxista.

⁶ Os dados são coletados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que realiza sua série histórica desde 1996. Sua pesquisa indica que o consumo de carne bovina, em 2021, deve recuar a patamares inferiores aos de 1990. A grande imprensa repercutiu a notícia. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55664305#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Conab%20\(Companhia,consumo%20j%C3%A1%20havia%20recuado%209%25](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55664305#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Conab%20(Companhia,consumo%20j%C3%A1%20havia%20recuado%209%25)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

II – ESCORÇO HISTÓRICO

1. O CARÁTER MARXISTA EMPREGADO À TEMÁTICA DA DEPENDÊNCIA

A compreensão de fenômenos estruturais como a miséria, as altas taxas de desemprego, os índices elevados de violência experimentada no campo e na cidade, o baixo desenvolvimento das forças produtivas, a distribuição regressiva da renda, a concentração hipertrofiada da propriedade, o lugar subalterno ocupado na divisão internacional do trabalho, enquanto economias primário-exportadoras, incapazes de superar, em última instância, este conjunto de particularidades econômico-sociais que moldam o subdesenvolvimento e a dependência na região, fora, e continua a ser, objeto de análise da teoria social latino-americana.

A *temática da dependência*, nesta perspectiva, é parte da tentativa de dar inteligibilidade científica aqueles fenômenos, além de vincular-se com o próprio desenvolvimento daquela teoria social, especialmente na segunda metade dos anos 60 e início dos anos 70; a inserção desta temática no *marxismo latino-americano* fora, de um lado, um dos elementos de dinamização das ciências sociais naquele período, e, de outro lado, um processo carregado de contradições, avanços e retrocessos (Osório, 2017).

Com efeito, a existência de dois grandes processos marcaram a história e o curso das ciências sociais latino-americanas, influenciando, segundo Osório (2017), de forma decisiva nos estudos da dependência e na direção das suas análises, são eles: (i) a Revolução Cubana, de 1 de janeiro de 1959, que, mais do que mil documentos, ajudou a evidenciar a esterilidade teórico-política da ortodoxia marxista latino-americana, incapaz de interpretar, antes do triunfo revolucionário de Sierra Maestra, os problemas fundamentais do desenvolvimento capitalista na região, abrindo espaço para uma nova interpretação marxista, onde a *condição dependente* emerge como marco interpretativo; e (ii) a «crescente integração do processo produtivo das economias da América Latina com o capital estrangeiro, nos anos cinquenta e sessenta» (Osório, 2017:107), evidenciando o *caráter dependente* do desenvolvimento capitalista na região.⁷

A confluência destes dois processos encerra as ilusões de um *capitalismo autônomo* e do *caráter democrático e progressista* das burguesias autóctones, introduzindo, de um lado, uma crise na reflexão intelectual que caracterizava a teoria do desenvolvimento, e abrindo, de outro lado, *fissuras teóricas* no interior da Comissão Econômica para América Latina (Cepal),

⁷ Para uma compreensão alargada do que fora e dos efeitos desta integração do capitalismo dependente latino-americano a partir do imperativo do capital estrangeiro, ver a Segunda Parte da obra clássica de Vânia Bambirra, sob capítulo intitulado *As estruturas dependentes na fase da integração monopólica mundial* (Bambirra [1972], 2019: 119-143).

enquanto principal *escola desenvolvimentista* latino-americana, convergindo, pois, na *radicalização* dessa noção de dependência (Osório, 2017; Seabra, 2019).

Em sua obra clássica, Vânia Bambirra postula que a *superação do pensamento desenvolvimentista* se dava como tarefa a estabelecer as bases para formulação de uma teoria marxista da dependência, que cumpriria, naquela altura, *duas ordens de necessidade*: a primeira, de compreender o *caráter* e as *contradições* do desenvolvimento capitalista dependente naquela fase de integração monopólica ao sistema mundial; a segunda, por seu turno, converte-se na tentativa de «oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários» (Bambirra [1972], 2019: 28).⁸

Lembremos, novamente, que duas interpretações, julgadas equivocadas pelos teóricos da TMD e adotadas pelos Partidos Comunistas latino-americanos, figuravam na base das profundas divergências teóricas e políticas que deveriam nortear os movimentos revolucionários à época, são elas: (a) a ideia de uma suposta *economia dual*, caracterizada pelo antagonismo de um *setor tradicional* (*feudal, pré-capitalista*) e um *setor moderno* (*capitalista, portanto*), como traço distintivo e elucidativo do «atraso» da região, especialmente verificado no setor agrário; premissa que, ademais, dava vida à noção de *dualidade estrutural* e as teses da *modernização capitalista* como seu antídoto (cf. Marini, 1994); e (b) o caráter *democrático-burguês* da revolução, como estratégia política forjada na aliança com frações da burguesia nacional, portadoras, em tese, como já dito, de uma *vocação nacionalista* e de um *compromisso anti-imperialista* que cimentaria uma possível aliança ao campesinato e às massas trabalhadoras urbanas para combater, de um lado, a burguesia latifundiário-mercantil, completando a *modernização capitalista* aludida acima, e enfrentando, de outro lado, o imperialismo, contra quem concorriam interesses divergentes no processo de industrialização (Bandeira, 2021).

Na contramão desta concepção teórica e política da realidade latino-americana, levantava-se um dos grandes antecedentes históricos da teoria marxista da dependência, recolhido da heresia do sociólogo alemão Andre Gunder Frank, que, ao analisar a questão

⁸ A exemplo de Marini, cuja obra seminal, *Dialética da Dependência*, fora publicada, originalmente, em 1973, em espanhol, pela *Ediciones ERA*, do México, em seu exílio durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), tendo sido traduzida no Brasil, tão só, em 2000, pela *Editora Vozes*, a obra clássica de Vânia Bambirra, *O capitalismo dependente latino-americano*, fora traduzida no Brasil passados mais de 40 anos de sua publicação original, também em espanhol e, de igual maneira, durante o exílio da intelectual brasileira diante do regime ditatorial de 21 anos. Sua gestação em solo nacional é fruto da comunhão de esforços do *Instituto de Estudos Latino-americanos* (IELA-UFSC), com a *Editora Insular*, da qual nasceu a *Coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano*, empenhada em traduzir e divulgar os clássicos do pensamento crítico latino-americano, alijados, em grande medida, do debate nacional, seja acadêmico, político ou social. Como expressão deste exílio, tem-se que a edição de *Dialética da Dependência* que dispomos foi traduzida e publicada em Portugal, pela *Editora Centelha*, de Coimbra, em 1976, três anos após a publicação original, portanto.

agrária brasileira, em 1964, em seu ensaio *El capitalismo y el mito del feudalismo en la agricultura brasileña*, e ao examinar o desenvolvimento capitalista no Chile, no ensaio intitulado *El desarrollo del subdesarrollo capitalista en Chile*, ambos reunidos mais tarde no clássico *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, de 1965, já rechaçava por completo aquelas teses dominantes à altura.

Afirmava o intelectual alemão que a ineficiência e a pobreza reconhecidas no setor agrário brasileiro, e da região conseqüentemente, não derivavam da existência de *resquícios feudais*, mas, antes, surgiam do próprio capitalismo em sua estruturação monopólica e exploradora; logo, se a tese da *feudalidade* não resistia à realidade concreta, «a opinião de que o capitalismo ainda deve penetrar no resto do país é cientificamente inaceitável, e a estratégia política que a acompanha – apoiar a burguesia em seu esforço para estender o capitalismo e completar a revolução democrático-burguesa – é politicamente desastrosa» (Frank, 1965: 5 – tradução nossa).

Abria-se, com isso, uma nova interpretação para realidade latino-americana, que, de um lado, negava a existência de *resquícios feudais* e afirmava, sem hesitar, o caráter *capitalista e dependente* das contradições e problemas verificados na região, ao mesmo tempo que declarava, de outro lado, a natureza *socialista da revolução*, levada adiante pelas massas trabalhadoras do campo e da cidade, contra os interesses imperialistas e os interesses das burguesias autóctones, que, ao contrário do que postulava o pensamento dominante, não eram, como não são, portadoras de nenhuma vocação nacionalista ou compromisso anti-imperialista; antes, figurando-se historicamente como sócias minoritárias do capital internacional, aceitando, na verdade, a condição de *classes dominantes dominadas*.

Vê-se, deste modo, que o processo de dinamização do debate sobre a dependência, através da vertente marxista, orientava-se não só por uma interpretação original da *condição dependente*, como se inclinava, de maneira incisiva, à leitura crítica do movimento concreto da realidade que pudesse instrumentalizar sua *transformação radical*; o que demarcaria, ao fim, as distintas concepções no interior deste profundo debate teórico sobre as alternativas políticas concretas para a América Latina (Seabra, 2019).

A natureza da interpretação marxista da dependência se afirma, pois, na exigência, tanto no plano teórico, quanto no plano político, da construção de uma leitura crítica que estivesse à altura dos desafios que a crise impunha à América Latina. Com efeito, a demarcação de uma orientação revolucionária impressa pela vertente marxista à *temática da dependência* se reverte

como um dos traços distintivos a apartar suas reflexões daquelas professadas pelas «*correntes reformista*» existentes no interior deste heterogêneo debate.⁹

Recordemos, de passagem, que foi a associação do capital industrial nacional com o capital estrangeiro, especialmente a partir dos anos 50 do século passado, que confirmou, de forma pedagógica, a natureza conservadora das burguesias locais, bem como a incapacidade da *aliança nacional-populista* de lograr êxito; revelando, ademais, como essas burguesias nacionais, em momentos de crise, lançam mão de «soluções autoritárias para enfrentar o avanço de movimentos populares» (Seabra, 2019: 269-270).

Não raro, embora a reflexão da vertente marxista ajudasse a impulsionar e enriquecer o presente debate, sobretudo ao distanciar-se da interpretação do estruturalismo cepalino, restrito às variáveis técnicas do «*atraso*» e dos «*desequilíbrios internos*», isto é, mantendo-se adstrita à *crítica da política econômica* e não avançando ao terreno da *crítica da economia política*, tem-se que as incursões marxistas também padeciam de certas debilidades.

A principal delas, comum às correntes *marxistas* e *reformistas* existentes no interior deste debate, é dada, segundo Osório (2017), pela predominância de um traço *sociológico e descritivo*, que não tocava nas questões inerentes às leis e tendências que particularizam o caráter e o desenvolvimento do capitalismo dependente. A interpretação reformista de Cardoso e Faletto (2010), por exemplo, avançava em forma de análise essencialmente sociológica, tendo o aspecto econômico apenas como marco geral a partir do qual aquela análise se desenvolvia (Bambirra [1972], 2019: 49).

Assim, o ponto alto da reflexão sobre a dependência latino-americana, no interior da *escola marxista*, ainda não atingiria seu ápice na formulação de teóricos como Gunder Frank, Theotônio dos Santos ou Vânia Bambirra. Foi a publicação, em 1973, de *Dialética da Dependência*, do sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini que, transcendendo o debate sobre a *temática da dependência* latino-americana, erguera um *marco teórico marxista* a iluminar a interpretação do caráter e das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente.

⁹ Diversos teóricos se propuseram a classificar as distintas vertentes que teorizavam a *temática da dependência*, como lembra Seabra (2019); dentre estas tentativas, aquela que nos parece de maior valor analítico se deu por parte do chileno Cristóbal Kay (2010), em sua obra *Latin American theories of development and underdevelopment*, publicada em 1989. Neste trabalho, o pensador chileno divide os teóricos da dependência em *reformistas* e *marxistas*, enfileirando como principais teóricos da primeira vertente: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto; citando, por outro lado, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Oscar Braun, Vânia Bambirra, Aníbal Quijano, Edelberto Torres-Vivas, Tomás Amadeo Vasconi, Alonso Aguilar e Antônio García, enquanto principais nomes marxistas da dependência (Kay, 2010: 127-128). Para uma introdução às demais tentativas de classificação das vertentes da dependência, ver Seabra (2019: 265-271).

É sobre o aporte trazido por Marini que direcionaremos nossa atenção a seguir.

2. A ELEVÇÃO DA TEMÁTICA AO ESTATUTO DE TEORIA MARXISTA: O APORTE TEÓRICO DE RUY MAURO MARINI

O debate sobre a temática da dependência latino-americana, como logramos introduzir anteriormente, não nascera na vertente marxista, tendo sido, ao contrário, originado por correntes estranhas ao marxismo, passando, em momento posterior, a ser objeto de disputa por distintas matizes do pensamento na teoria social, dentre as quais se enfileirou, também, a escola marxista.

A despeito dos méritos que se possa atribuir ao legado de outros intelectuais marxistas, não será forçoso admitir, como diversos o fazem, que é em Marini, particularmente a partir da publicação de *Dialética da Dependência*, em 1973, que se funda, a rigor, a teoria marxista da dependência, outorgando à temática estranha ao marxismo no seu nascedouro, o estatuto de *corpo teórico marxista*.

A importância desta obra, reputada por Valencia (2017) como clássico de leitura obrigatória dentro da literatura do pensamento latino-americano contemporâneo e das ciências sociais em geral, fez com que a *International Sociological Association* a classificasse como uma das obras mais importantes do século XX, ao lado de trabalhos como *One Dimensional Man* de Herbert Marcuse, *Phenomenology of Perception* de Maurice Merleau-Ponty, *Marxist Theory of Alienation* de István Mészáros, *Political Power and Social Theory* de Barrington Moore, *Value in Social Theory* de Gunnar Myrdal, *Essai sur la qualification du travail* de Pierre Naville, *Structure and Process in Modern Societies* de Talcott Parsons e *The Principles of Genetic Epistemology* de Jean Piaget (Valencia, 2017: 30-31).

O ensaio de Marini representou fundamentalmente a possibilidade do avanço da *temática* em direção à construção de uma *teoria marxista da dependência*¹⁰ que, muito embora tenha encontrado nos aportes de Theotônio dos Santos, Vânia Bamberira, André Gunder Frank e mesmo de José Carlos Mariátegui¹¹ precedentes históricos valorosos, somente ganhara concretude, coerência e sistematização teórico-metodológica a partir da publicação de *Dialética*

¹⁰ Essa transição, pode-se dizer, significava uma «alternativa teórico-política distinta e radical para conceituar o mundo e o capitalismo global e latino-americano face à crise epistemológica das teorias em voga representadas pela CEPAL, pelas teses vinculadas ao endogenismo dos partidos comunistas latino-americanos e a teoria funcionalista da modernização e mudança social» (Valencia, 2017: 35 – tradução nossa).

¹¹ Sobre as possíveis influências do peruano José Carlos Mariátegui na formulação da teoria marxista da dependência, ver *Notas metodológicas sobre a antecipação mariáteguiana à teoria da dependência*, de Seabra (2017), reunida na obra do mesmo autor, *Dependência e marxismo – contribuições ao debate crítico latino-americano*, publicado pela Editora Insular.

da dependência, onde tal possibilidade «ganha sua expressão mais acabada ou, como comumente se reconhece, mais rigorosa» (Ouriques, 2017: 148). É neste ensaio que o marxismo latino-americano «alcança seu ponto mais alto como formulação das leis e tendências que engendram e movem o capitalismo *sui generis* chamado dependente» (Osório, 2017: 118 – itálicos no original).

Através do rigoroso manejo das *categorias marxianas* reunidas n’*O Capital*, o intelectual brasileiro dá luz à uma interpretação original e fecunda das *leis de desenvolvimento do capitalismo dependente*, as quais, segundo o autor, «representam sempre uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema no seu conjunto» (Marini, 1976: 62).

Iremos nos apropriar das reflexões pontuadas por Osório (2017), a respeito de algumas contribuições trazidas com a publicação de *Dialética da Dependência*, que permitem sustentar a fundação, a rigor, da teoria marxista da dependência, são elas:

- i. A conceptualização da *dependência* enquanto «relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo quadro as relações de produção das nações subordinadas [dependentes, não-industriais ou industriais-dependentes], são modificadas ou recriadas em ordem a assegurarem a reprodução ampliada de dependência» (Marini, 1976: 11);
- ii. O facto de que a *formação* do capitalismo dependente, em Marini, deve ser entendida, de forma geral, em função da *acumulação de capital em escala mundial*, e, particularmente, em razão da sua mola vital, isto é, a *taxa geral de lucro* (cf. Marini, 1976: 63-64);
- iii. A ideia de que a América Latina contribui no desenvolvimento das economias centrais, *contra-arrestando* suas tendências de queda na taxa de lucro, seja (a) a partir do rebaixamento do valor do seu *capital constante* (via exportação massiva de matéria-prima); seja (b) favorecendo o aumento da sua taxa de exploração, via redução do valor dos bens e salários, ao incrementar sua oferta no mercado mundial (Osório, 2017: 119);
- iv. A compreensão de que, no plano das *relações comerciais internacionais*, o facto do capitalismo confrontar *economias industriais*, detentoras do monopólio sobre a produção de bens e tecnologia, com *economias dependentes*, não-industrias ou industriais-dependentes, induz um *intercâmbio desigual* desfavorável às últimas, que passarão a *transferir valor* às primeiras;
- v. O facto de erigir, na esteira desse regime de *transferência de valor*, um *mecanismo de compensação* desta drenagem, operado nas economias dependentes com a finalidade de

incrementar a massa de valor ali produzido, «através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva» (Marini, 1976: 26);

- vi. A ideia de que, este mecanismo de compensação, denominado *superexploração do trabalho* por Marini (1976), ao se apropriar de parte do *fundo de salário* da classe trabalhadora (convertido em fundo de acumulação do capital), provoca um desequilíbrio nas economias dependentes, caracterizado por uma *cisão nas fases do ciclo do capital*, produzindo «uma ruptura entre a esfera da produção e a esfera da circulação, que de outra perspectiva não é mais do que o crescente divórcio entre o aparelho produtivo e as necessidades de consumo das amplas maiorias da população» (Osório, 2017: 120);¹²
- vii. Finalmente, a conclusão de que a *superexploração do trabalho* ergue-se, portanto, como «fundamento da dependência» (Marini, 1976: 76), à medida que elucida «a forma fundamental de produção de mais-valia [nas economias dependentes], e dá conta do porquê o aparelho produtivo e a esfera da circulação tendem a caminhar desligados, reproduzindo um capitalismo que *agudiza as contradições inerentes ao modo de produção capitalista*» (Osório, 2017: 120 – itálicos nossos).

A enumeração de algumas dessas contribuições legadas pelo ensaio seminal de Marini nos é didática e serve, tão só, como breve exposição de alguns avanços que sua obra representou na teoria social e no pensamento crítico latino-americano. Todavia, parece ser inviável sintetizá-las ou mesmo apreendê-las na sua integralidade, pois, em última instância, seu alcance analítico ainda engatinha em solo brasileiro, após uma *longa noite de exílio* que acometeu o autor e seus impulsos mais criadores durante o regime ditatorial (cf. Prado, 2011).

Passemos, finalmente, ao estudo de caso proposto, visando articular as categorias gestadas por Marini, nomeadamente em *Dialética da Dependência*, com a análise da conjuntura brasileira onde os fenômenos da derrota do *lulismo* e ascensão do *bolsonarismo* tiveram lugar.

¹² «A anatomia de nossas sociedades tem nesta cisão um de seus traços mais distintivos, que nossas populações – mas, sobretudo, a classe trabalhadora – sentem pesadamente no seu dia a dia» (Luce, 2018: 86).

**PARTE II – A DERROTA DO *LULISMO* E A ASCENSÃO DO *BOLSONARISMO*: UMA APROXIMAÇÃO
A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

III – AS CONTRADIÇÕES DO *LULISMO* – UM BREVE RETRATO CONJUNTURAL

1. A “DÉCADA DOURADA” DO *LULISMO* E A POLÍTICA DE DOMESTICAÇÃO IDEOLÓGICA

O Banco Mundial, em relatório datado de maio de 2016, mostrando-se impressionado com o «*progresso socioeconômico*» impresso pelo Brasil a partir de 2003, especialmente pelo «*sucesso em reduzir a pobreza e a desigualdade*», além da «*habilidade em criar empregos*», classificou o período compreendido entre 2003 e 2013 como «*década dourada*» (World Bank, 2016: xvii; Dowbor, 2017: 228).

A instituição financeira internacional destaca, para além desses avanços no plano doméstico, o papel internacional desempenhado pelo Brasil, ao ter sucesso em promover a «*prosperidade econômica enquanto protegia seu patrimônio natural*», assegurando que o fenômeno experimentado nessa suposta «*década dourada*» provou «*que o crescimento com prosperidade compartilhada, mas equilibrado com o respeito pelo meio ambiente, é possível*» (World Bank, 2016: i – tradução nossa). O relatório sublinha, por fim, que as «*perspectivas de desenvolvimento*» do país são globais, manifestando que, apesar do cenário recessivo já vislumbrado à altura, não haveria razões para que os «*ganhos socioeconômicos*» obtidos fossem revertidos, podendo, ao contrário, serem estendidos com as «*políticas certas*».

O céu de brigadeiro colorido na versão decenal e tupiniquim dos *trente glorieuses* coincide, no plano doméstico, geralmente entre correntes tributárias dessas projeções, com interpretações tão entusiasmadas quanto acrílicas do período em questão, como a que festejava, sob a aparência dissimulada da análise, os «*dez anos de governos pós-neoliberais*» de Lula e Dilma, proposta por Sader (2013).

Contrariamente a essas projeções, ao adotar a TMD como veio interpretativo da conjuntura contemporânea, buscamos assumir, em consequência, a premissa básica onde convergem os postulados de Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, isto é, a compreensão onde a fórmula *frankiana* do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* encontra-se inteiramente contemplada nas conclusões de Marini, para quem o fruto da dependência não poderia ser senão mais dependência, «*e sua liquidação supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção que ela envolve*» (Marini, 1976: 11-12).

Em outras palavras, prescindindo da ideia vã de que *subdesenvolvimento* e *desenvolvimento* são momentos ou etapas *temporalmente distantes* do mesmo processo histórico de acumulação de capital, onde um determinado grupo de países avançados se encontra no estágio superior deste *continuum evolutivo*, e os demais em etapas inferiores, como acertadamente advertia Marini (1994), rejeitamos a interpretação que identifica no *lulismo* e na

sua «*década dourada*» o início de uma caminhada rumo ao desenvolvimento capitalista pleno – seja entre os que o interpretaram enquanto fenômeno contraditório de «*conservação e mudança*» (Singer, 2012), seja entre os que o tingiram como «*ruptura de lógicas anteriores*» (Sader, 2013).

Ao contrário de Singer (2012), não pensamos que os movimentos do *lulismo* se inscreveram sob o signo da contradição entre *conservação* e *mudança*; e ao contrário de Sader (2013), não o julgamos como forma de *ruptura e superação* do *neoliberalismo*. O entendemos, diversamente, como *continuidade e aprofundamento*, não do neoliberalismo, que não nos orienta enquanto categoria, mas das *relações de dependência*.

Com efeito, as contradições que o informaram enquanto governo de *colaboração de classes* (Braz, 2017) não se divorciam, a rigor, das próprias contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro nesta quadra histórica, caracterizada, dentre outras coisas, (a) por um monumental processo de *desnacionalização da economia brasileira*, submetida ao acentuado incremento de capitais estrangeiros, especialmente sob a forma de investimento estrangeiro direto; (b) por uma massiva *transferência de valor* operada desde o capitalismo brasileiro, sobretudo após o aprofundamento da crise capitalista mundial, em 2008, como forma de contrarrestar os efeitos desta crise nas economias centrais; (c) pela profunda *regressão industrial* sofrida pela economia nacional, enquanto expressão de uma silenciosa, acentuada e contínua *reconversão produtiva*, que setenciou o rebaixamento do país na divisão internacional do trabalho (cf. Marini, 1985); e (d) pela preservação e aprofundamento de uma estrutura de acumulação centrada na lógica especulativa do capital financeiro, traduzida, sob o *lulismo*, tanto na consolidação da *dívida interna* como fonte abundante da acumulação para as distintas frações da burguesia, quanto na possibilidade do acesso ao consumo de bens semi-duráveis e duráveis para as classes populares, não pela reversão do regime da *superexploração da força do trabalho*, apresentado por Marini (1976) como signo da dependência, mas, antes, pelo *endividamento familiar*, traduzindo, afinal, os lucros inéditos experimentados pelas frações da burguesia financeira no período.¹³

¹³ Um dado elucidativo desta afirmação pode ser recolhido da 9ª edição do estudo “*Desempenho dos Bancos*”, produzido pelo *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) - Rede Bancários*, ao indicar que, no ano de 2015, já diante de um cenário de crise econômica, os dois principais bancos privados do país – Itaú Unibanco e Bradesco - alcançaram os mais elevados patamares de lucro da história do Sistema Financeiro Nacional: R\$ 23,8 bilhões e R\$ 17,9 bilhões, respectivamente. Disponível em: «<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2015.html>». Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

É sob este prisma de análise, portanto, que compreendemos que a conveniência analítica daqueles que ocultam ou dissimulam esses dados estruturais da trajetória do *lulismo* – que se confunde com o próprio caráter que assume o desenvolvimento capitalista brasileiro nesta quadra histórica – não fazem senão dentro de uma perspectiva de *domesticação ideológica*, que procura jogar luz sobre a realidade aparente, ocultando os dados estruturais que ordenam nossa formação econômico-social.

A exposição e exame dos indicadores que orientarão nossa reflexão adiante têm, nesta perspectiva, a preocupação de oferecer uma visão crítica da conjuntura em que se inscreveu essa suposta «*década dourada*», não ocultando, mas, antes, revelando as contradições que a informaram.

2. O REVERSO DA ‘MAROLINHA’ – A CRISE CAPITALISTA MUNDIAL E A TRANSFERÊNCIA DE VALOR DO CAPITALISMO BRASILEIRO

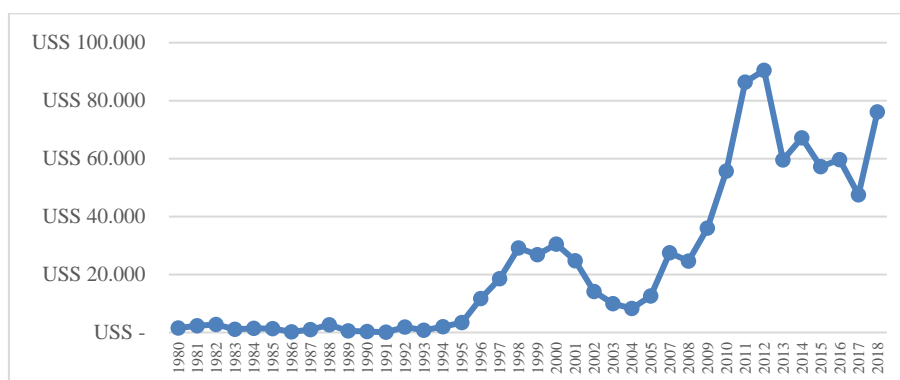
A última grande inflexão da crise capitalista mundial, em 2008, encontrou, em solo brasileiro, nomeadamente no plano político, a minimização dos seus efeitos através da metáfora da «*marolinha*» do ex-presidente Lula,¹⁴ ao mesmo tempo que, no plano acadêmico, orientou trabalhos a exaltar as diretrizes políticas adotadas durante seu governo, as quais, em tese, contornaram os impactos daquela crise de maneira exitosa (Barbosa, 2013); houve, não raro, quem chegasse a sugerir que, após aquele período, o Brasil abandonava a condição de «*país do futuro*» para acessar o *status* de um «*país emergente*» no sistema internacional (Pinheiro-Machado & Scalco, 2018).

Nossa reflexão, em franca contrariedade com aquelas, busca afirmar os impactos deletérios da crise capitalista mundial na economia brasileira, ao engendrar um duplo movimento que implica no *aprofundamento das relações de dependência*, à medida que (i) impulsiona um ciclo econômico largamente desnacionalizado pelo aporte massivo de capitais estrangeiros nos setores produtivos da nossa estrutura econômica; e (ii) fez incrementar o volume de valor drenado da economia brasileira, como forma de contra-arrestar os impactos daquela crise capitalista nas economias centrais.

O primeiro fenômeno indicado, neste diapasão, guarda correlação com a categoria da *cisão nas fases do ciclo do capital* e pode ser verificado, a partir da *Figura 2*, pelo aporte de capitais internacionais, sob a forma de investimento estrangeiro direto, na economia brasileira.

Figura 2

Investimento estrangeiro direto líquido (Brasil, 1980-2018) – US\$ milhões



Nota. Criado pelo autor. Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

¹⁴ «Lá [nos EUA], ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquivar», disse Lula à altura sobre a crise capitalista. Disponível em: «<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>». Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

Notemos, dentro de uma perspectiva evolutiva mais alargada, que o aporte de capitais estrangeiros, sob a forma indicada, que representava somente US\$ 364 milhões em 1990, passou, dez anos depois, no ano 2000, a perfazer a cifra de US\$ 30.4 bilhões, um incremento superior a 8.000% na década. Na década seguinte, em 2010, o montante aportado já era de US\$ 55.6 bilhões, e, oito anos depois, em 2018, ao final da série histórica, representaria a cifra de US\$ 76.1 bilhões. É oportuno destacar que a primeira inflexão do volume de capital estrangeiro dirigido à economia brasileira, sob a forma apresentada, deu-se a partir de 1994, momento da instituição do Plano Real, que cimentou as bases da *liberalização econômica* que impulsionou este processo de internacionalização do país (cf. Marini, 1992).

Recordemos, uma vez mais, que na perspectiva teórica adotada, muito embora se reconheça a influência deste capital estrangeiro na formação do ciclo do capital dependente, rejeita-se a premissa na qual o mesmo cumpre papel *complementar ao investimento doméstico*, ou seja, que contribui para o desenvolvimento da economia dependente. Isto porque o capital estrangeiro representa, como dissemos, mera restituição de capital, em relação ao que foi drenado da economia dependente (Marini, 1979a: 4). Vejamos, pois, a exposição teórica materializada na realidade concreta a partir da *Tabela 1*.

Tabela 1

Entrada de capital estrangeiro vs remessa de lucros, juros e serviços não fatoriais (Brasil, 1956-2009) – US\$ bilhões

	Entradas	Remessas
1956-1960	6,8	9,3
1961-1967	6,8	18,0
1968-1981	226,5	171,4
1982-1990	85,3	381,8
1991-1998	498,3	420,0
1999-2009	522,5	1.131,50
1959-2009	1.347	2.132

Nota. Fonte: Luce, M. S. (2013). *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. (1ª ed.) São Paulo: Expressão Popular, p. 67.

Excetuando-se dois períodos conjunturais – 1970, diante da liquidez internacional oriunda do eurodólar, e 1990, em razão do investimento externo direto, atraído pela privatização de empresas nacionais – as remessas superam as entradas em quatro dos seis períodos analisados, superando, também, para o resultado final da série, 1959-2009 (Luce, 2018: 67-68).

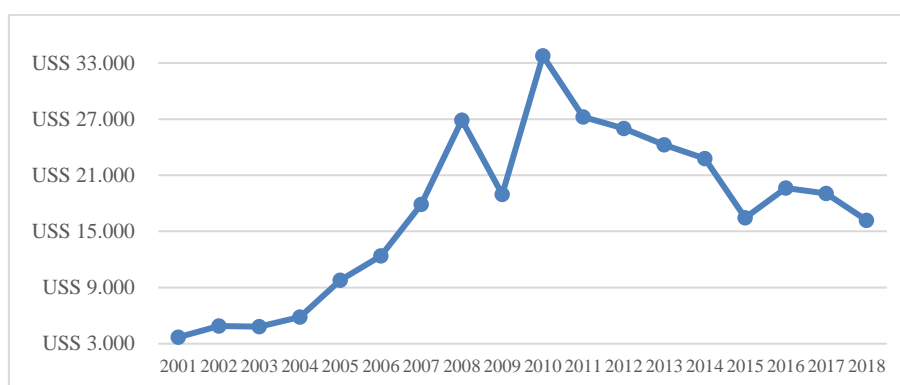
Sabendo que o capital estrangeiro alocado na economia nacional detém a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que seu investimento dera origem, apropriando-se, portanto, diretamente da mais-valia total ou parcial gerada nesta economia dependente, como

ensinara Marini (1979a), seu curso lógico, quando da maturação dos seus investimentos, é a exportação dos seus lucros aos países que lhe deram origem (Marini, 1992), ampliando, assim, as *transferências de valor* operadas desde a economia nacional; facto que, *por si*, exige a manutenção das estruturas de *superexploração da força de trabalho*, que assegurem, de um lado, a máxima valorização deste capital alocado na economia brasileira, garantindo, de outro lado, sua intocabilidade, conseguida, por exemplo, através da *não tributação* deste capital quando da sua remessa ao exterior.¹⁵

Já em relação ao segundo fenómeno indicado inicialmente – as *transferências de valor* que tiveram lugar nesta aurora do século XXI – vê-se, a partir da *Figura 3*, a relação de causalidade entre a *aceleração da crise capitalista* e o incremento da massa de valor expropriado da economia brasileira.

Figura 3

Remessa Total de Lucros e Dividendos (Brasil, 2001-2018) - US\$ milhões



Nota. Criado pelo autor. Fonte: *Série histórica dos fluxos de investimento direto – distribuições por país ou por setor*. Banco Central do Brasil (BC).

Nota-se, da leitura do gráfico, que a soma dos valores remetidos ao longo dos sete anos que antecedem a crise (US\$ 59.3 bilhões, de 2001 a 2007), perfaz uma cifra inferior ao valor remetido somente nos anos de 2008 e 2010 que, somados, totalizam a quantia US\$ 60.6 bilhões. Outro fenómeno, no entanto, a não perder de vista é o *não recuo* dos valores transferidos ao

¹⁵ Lembremos que a ortodoxia liberal de FHC isentara a tributação de lucros e dividendos remetidos ao grande capital, inclusive internacional, a partir de janeiro 1996, conforme prescrição do art. 10 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. Tal regramento, após 14 anos de governos *petistas*, manteve-se intocado. Disponível em: [«http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19249.htm»](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19249.htm). Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

Não parece forçoso recordar que o *Estatuto do Capital Estrangeiro*, consubstanciado como «lei que disciplinasse a aplicação do capital estrangeiro e regulasse a remessa de lucros para o exterior» (Affonso, 2016: 429), constava da lista de decretos assinados por João Goulart – último presidente eleito antes do golpe militar de 1964 – juntamente com outros referentes à limitação de aluguéis urbanos, a nacionalização das refinarias de petróleo privadas e o confisco de terras improdutivas à margem das rodovias; conjunto de medidas que compunham aquilo que se convencionou chamar de «*reformas de base*» e que foram anunciadas para milhares de pessoas no *Comício da Central*, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro; episódio que decretaria, ao fim, a deposição golpista de Goulart e abertura da longa noite ditatorial de 21 anos (cf. Marini [1969], 2017: 123-124).

montante que inaugura a série, indicando que os US\$ 16.1 bilhões remetidos em 2018 representem uma quantia 437% superior ao valor remetido em 2001 (US\$ 3.7 bilhões).

No mesmo sentido, em relação de causalidade direta com o estágio da crise capitalista e buscando contra-arrestar seus efeitos nas economias centrais, vemos que os US\$ 26.8 bilhões remetidos em 2008 representam um valor 726% superior ao valor que inaugura a série, enquanto que os US\$ 33.7 bilhões transferidos em 2010 perfazem uma quantia 912% superior aquele valor remetido em 2001.

Resgatando a romântica tese da «*década dourada*», postulada pelo Banco Mundial e afiançada por Dowbor (2017), buscando hipotecar uma possível e quase alcançada redenção às massas trabalhadoras nos marcos do capitalismo dependente, vemos que dos US\$ 310.4 bilhões extraídos da economia brasileira ao longo da série exposta, 67%, ou US\$ 207.7 bilhões, foram remetidos durante aquele período decenal entre 2003 e 2013 que, em tese, os brasileiros teriam razões para se orgulhar.

Sabendo, contudo, que a teoria marxista da dependência origina-se no quadro global da teoria marxista do imperialismo, embora procurando expressar uma *realidade própria*, dotada de uma *legalidade específica* (Dos Santos, 1970a), não nos basta evidenciar o fenômeno da transferência de valor que nos ocupa, mas, antes, confirmar se a extração do excedente econômico operado desde a economia dependente brasileira se destina, realmente, às economias centrais. Recordemos, nesta perspectiva, que a categoria em tela, tradutora de uma condição histórico-estrutural da dependência, procura revelar os «distintos mecanismos de transferência do valor produzido nos capitalismo dependentes que são apropriados e, portanto, fazem parte do processo de acumulação das economias centrais, imperialistas» (Carcanholo, 2018: 23).

Assim, através da *Tabela 2*, buscou-se evidenciar os dez principais destinos, em termos de volume de valor transferido da economia brasileira, sob a forma de lucros e dividendos remetidos.

Tabela 2

10 maiores volumes de remessas de lucros e dividendos (Brasil, 2001-2018) - US\$ bilhões

	<u>Remessas 2001-2018 (US\$ bilhões)</u>
Estados Unidos	65.7
Países Baixos	62.4
Espanha	47.7
França	18.9
Suíça	13.7
Luxemburgo	13.2

Japão	11.9
Alemanha	10.2
Itália	10.2
Suécia	7.7

Nota. Criado pelo autor. Fonte: *Série histórica dos fluxos de investimento direto – distribuições por país ou por setor*. Banco Central do Brasil (BC).

Notemos, inicialmente, que, embora a China promova um crescimento econômico anormal nesta quadra do século XXI, alcançando níveis de liquidez e volumes de comércio internacional que reorientaram as cadeias produtivas globais (Jabbour & Dantas, 2017; Jabbour & Paula, 2018), a mesma não figura entre os dez principais destinatários dos lucros e dividendos remetidos da economia brasileira.

Vejamos, já em linhas conclusivas, na *Tabela 3*, que o montante transferido ao longo dos sete anos que precedem a crise capitalista é inferior ao valor transferido entre 2008 e 2010 para nove dos dez países analisados.

Tabela 3

Impacto da crise capitalista na remessa de lucros e dividendos – US\$ bilhões

	Remessas 2001-2007 (US\$ bilhões)	Remessas 2008-2010 (US\$ bilhões)
Estados Unidos	13.6	15.7
Países Baixos	9.0	14.0
Espanha	8.0	12.5
França	4.4	5.3
Suíça	3.6	3.0
Luxemburgo	2.4	2.6
Japão	2.2	2.9
Alemanha	2.6	3.2
Itália	2.7	3.9
Suécia	1.0	3.1

Nota. Criado pelo autor. Fonte: *Série histórica dos fluxos de investimento direto – distribuições por país ou por setor*. Banco Central do Brasil (BC).

Registremos, a propósito dos dados apresentados, que nosso autor de fundo para reflexão aqui inscrita alertava que, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, «o uso da violência política e militar para explorar as nações fracas torna-se supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações» (Marini, 1976: 21). Com efeito, na esteira desses ensinamentos, não só a presença, mas em especial a magnitude dos valores remetidos aos Estados Unidos, velha sombra no destino dos países latino-americanos, parece-nos validar a tese do autor.

Seja como for, a hipótese de que a crise capitalista mundial se revertia, graças às *políticas anticíclicas* adotadas pelo o *lulismo*, em *mal menor* à formação econômico-social brasileira, como postulara Barbosa (2013) e mais entusiasmadamente Pinheiro-Machado e Scalco (2018), não parece resistir à análise da materialidade concreta.

Sob a perspectiva da teoria marxista da dependência e particularmente a partir da categoria da *transferência de valor como intercâmbio desigual*, a apreensão obtida diante de tamanha *descapitalização* imposta à economia brasileira é justamente oposta: sinaliza-se a abertura de formas ainda mais disruptivas de extração de valor mediante a *superexploração* da classe trabalhadora nacional, como forma de anular, ainda que parcialmente, as perdas sentidas neste avançado processo de drenagem.

Adiante, passamos para um breve exame da atual relação comercial do Brasil com a China, enquanto expressão mais aguda da regressão assistida pelo primeiro na divisão internacional do trabalho.

3. A RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA E A REGRESSÃO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A tarefa de buscar dar inteligibilidade a câmbios estruturais verificados em uma determinada nação, no presente tempo histórico, parece não comportar um contorno em relação aquilo que ocorre na China.

No caso brasileiro, que retém nossa atenção, a China, ou mais precisamente o desenvolvimento econômico-social impresso pelo *gigante asiático*, torna-se, pois, incontornável à compreensão de mudanças de fundo operadas no âmbito da nossa formação econômico-social.

Antes, porém, de adentrarmos especificamente no tema aludido, relembremos outra passagem de Marini (1976), referente à relação capitalista impressa entre a América Latina e outra potência industrial que, há dois séculos, erguia-se como a *fábrica do mundo*.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, inicia Marini (1976), a América Latina se desenvolve em íntima relação com a dinâmica do capital internacional. Inicialmente, enquanto colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, contribui para o aumento do fluxo de mercadorias e para expansão dos meios de pagamento que, concomitantemente, permitiria o desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu, pavimentando caminho à criação da grande indústria.

A Revolução Industrial que dará início aquela, continua o autor, corresponde, no subcontinente latino-americano, à independência política da região, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fazendo erigir um conjunto de países que passam a *gravitar* em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, mais tarde, de capitais têm na metrópole inglesa seu ponto de entroncamento: «ignorando-se uns aos outros, os novos países articular-se-ão directamente com a metrópole inglesa e, em função das exigências desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufacturas de consumo e – quando a exportação supera as suas importações – de dívidas» (Marini, 1976: 11).

Se consentirmos avançar num movimento plurissecular, projetando que, neste início de século XXI, a China, e não mais a Inglaterra, é quem protagoniza um vigoroso processo de industrialização, no bojo de um crescimento econômico cuja renda *per capita* passara de US\$ 250 em 1980 para US\$ 9.040 em 2014, a posicionando, a partir de 2013, como o maior volume de comércio exterior entre as cadeias produtivas globais (Jabbour & Dantas, 2017; Jabbour & Paula, 2018), não parece forçoso admitir que, nesta quadra histórica, os países da América Latina passaram a gravitar em torno das exigências do *gigante asiático*, abastecendo-o, a

exemplo do que fizeram com a metrópole inglesa no século XIX, com uma oferta abundante de alimentos e matérias-primas indispensáveis não apenas ao seu desenvolvimento industrial e tecnológico, mas, em especial, à possibilidade que seu eixo de acumulação comece a se deslocar em direção ao incremento da sua capacidade produtiva, conforme postulava Marini (1976), tratando das nações industriais que a América Latina se vinculava séculos atrás.

Neste sentido, prescindindo da análise da América Latina no seu conjunto, que excederia nossas competências, para centrar-se no caso brasileiro que nos toma atenção, vemos, inicialmente, que o volume de exportações brasileiras dirigidas à China, a partir de 2009, sobretudo em virtude do recuo impresso à participação dos Estados Unidos, em 2008, ganha uma centralidade marcante, que a coloca, desde então, como o principal destino da produção exportadora brasileira.

Tabela 4

Intensidade exportadora: cinco principais destinos (Brasil, 2001-2019) – US\$ bilhões

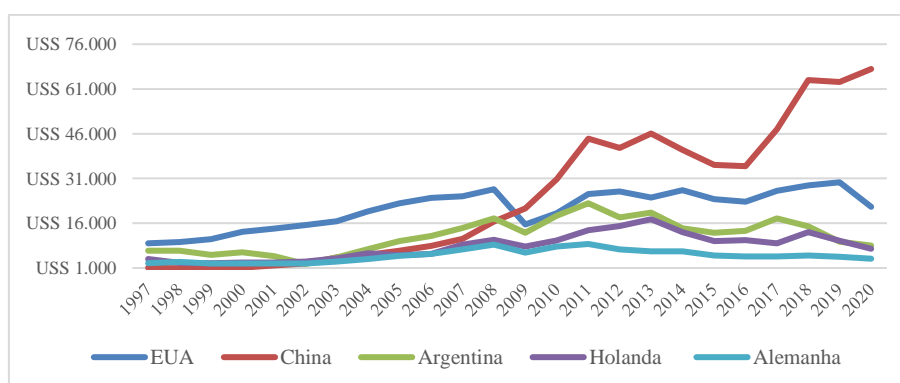
	Período de 2001-2008		Período de 2009-2019	
	Soma (US\$ bilhões)	Participação Média (%)	Soma (US\$ bilhões)	Participação Média (%)
EUA	167.9	19,4	273.7	11,5
Argentina	73.0	7,6	174.4	7,3
China	57.9	5,7	469.7	19,5
Holanda	46.5	5,1	120.0	5,4
Alemanha	39.0	4,2	68.7	2,9

Nota. Criado pelo autor. Fonte: SIGCI - Sistema Gráfico de Comercio Internacional (CEPAL).

A evolução chinesa na pauta exportadora nacional pode ser traduzida, de forma gráfica, na *Figura 4*, a seguir.

Figura 4

Evolução da intensidade exportadora brasileira, cinco principais destinos (Brasil, 1997-2020) – US\$ milhões



Nota. Criado pelo autor. Fonte: COMEX STAT, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Governo Federal. Disponível em: [«http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/27069»](http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/27069). Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

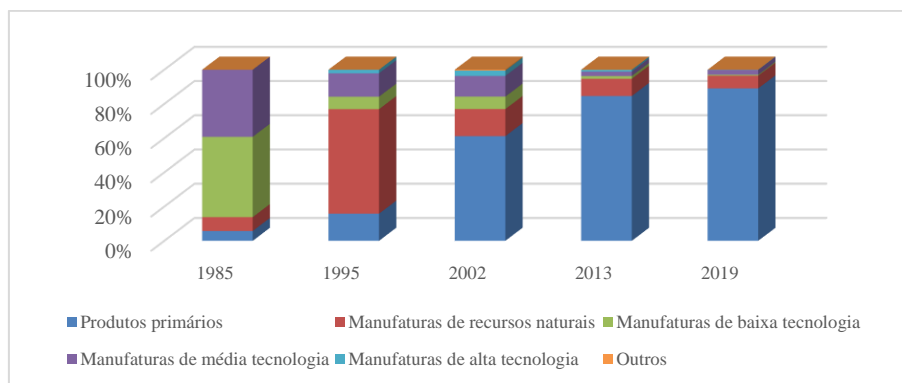
O que importa reter, diante da brusca evolução da participação chinesa na pauta exportadora brasileira, a evoluir de US\$ 2.5 bilhões para US\$ 67.6 bilhões em duas décadas (2000-2020), é que este fenômeno não se traduziu, para o Brasil, num processo de enfrentamento à *condição dependente*.

Ao contrário, aquilo que, para a China, parece ter significado um profundo divórcio tanto com o *princípio das vantagens comparativas*, a orientar o comércio internacional por largo período de tempo, quanto com a sua assimétrica divisão internacional do trabalho – denunciada inicialmente por Prebisch e Cabañas (1949) e posta soterrada por Marini (1976) – representara, para o Brasil, justamente o inverso; isto é, significara a reafirmação de uma rebaixada posição na divisão internacional do trabalho, apreendida, a depender da perspectiva, como um fenômeno de «*desindustrialização*» (Gonçalves, 2000) ou «*reprimarização da pauta exportadora nacional*» (Strauss, 2018), e que, para nós, assinala, na verdade, um sintoma do *aprofundamento das relações de dependência*.

Para compreender melhor do que se trata, vejamos, na *Figura 5*, a evolução, ou involução, da composição orgânica da pauta exportadora brasileira em sua relação comercial com a China, entre 1985 e 2019.

Figura 5

Composição orgânica das exportações brasileiras dirigidas à China (Brasil, 1985-2019)



Nota. Criado pelo autor. Fonte: SIGCI - Sistema Gráfico de Comercio Internacional (CEPAL).

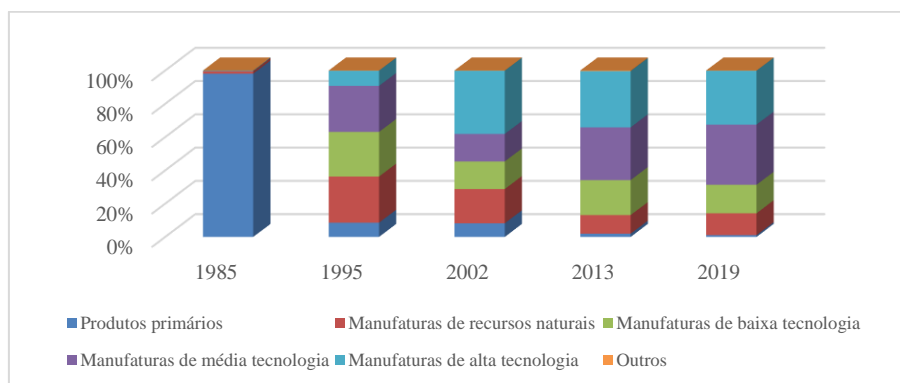
Sabendo que a China, em 2020, participa em 32,3% das exportações nacionais,¹⁶ vê-se a dimensão dramática da realidade apresentada, a indicar uma regressão industrial que, no intervalo de três décadas, remoldara a formação econômico-social brasileira, a composição de classes da burguesia e o próprio exercício do poder, sinalizando um retorno à fase exportadora típica do início do século XX, novamente sob reitoria do setor latifundiário-mercantil.

¹⁶ Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

Vejamos, não obstante, a outra face da moeda, ou seja, como se deu a composição orgânica dos produtos exportados pela China e importados pelo Brasil, dentro do mesmo lapso temporal apresentado anteriormente – 1985 a 2019.

Figura 6

Composição orgânica das importações brasileiras vindas da China (Brasil, 1985-2019)



Nota. Criado pelo autor. Fonte: SIGCI - Sistema Gráfico de Comercio Internacional (CEPAL).

Em termos comparativos, resta evidente que o processo impresso pela China, em sua relação comercial com o Brasil, caracteriza fenômenos diametralmente opostos: enquanto a primeira diversifica sua cadeia produtiva, avançando em direção à fronteira tecnológica – algo talvez impensável antes da Revolução de 1949 – o segundo se submete a um profundo processo de *regressão industrial*, com a primazia do setor primário-exportador como um dos motores da acumulação interna.

Com efeito, a utilização do caso chinês ajuda a exemplificar uma tendência estrutural do desenvolvimento capitalista brasileiro na presente conjuntura; algo que o «nacional desenvolvimentismo às avessas» (Gonçalves, 2012), patrocinado pelos governos do PT, não impedira, antes, impulsionara: a centralidade novamente alcançada pelas frações da burguesia latifundiário-mercantil no exercício do poder, como reflexo das mutações verificadas na base econômica do país.

Tabela 5

Composição orgânica das exportações brasileiras (1980-2013) – Em porcentagem (%)

	1980	2002	2010	2013
Produtos básicos	42,2	25,5	38,5	46,7
Produtos semifaturados	1,7	15,3	13,7	12,6
Produtos manufaturados	44,8	56,8	45,6	38,4

Nota. Criado pelo autor. Fonte: Corsi, F. L. (2016). *Notas sobre a política econômica do governo Dilma*. Em F. L. Corsi, J. M. Camargo, & A. d. Santos, *Os Dilemas atuais do Brasil e da América Latina* (pp. 45-68). Marília: Oficina Universitária, p. 52.

Lembremos, neste sentido, enquanto aprendizado histórico, que diante do turbulento processo brasileiro que culminou na ditadura militar (1964-1985), não faltou «quem cunhasse

expressões tão sofisticadas quanto errôneas como a de “pastorização”, aludindo ao possível retorno da economia brasileira à fase de produção e exportação de bens primários, com o conseqüente bloqueio da industrialização» (Marini [1969], 2017: 29).

A tragédia vivenciada na presente conjuntura, talvez reveladora da própria dinâmica do capitalismo dependente em sua contínua escalada de *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, pronuncia-se no facto de que a «pastorização» e o retorno da economia brasileira à fase de produção e exportação de bens primários, que se esperava do indigno período ditatorial, viera a ocorrer, na verdade, sob as odes da democracia, mesmo essa «*democracia restringida*», vazia de conteúdo, acertadamente definida por Cueva (1988).

As contradições que antecedem a derrota do *lulismo* e anunciam a ascensão do *bolsonarismo* não podem, nem serão esgotadas neste trabalho. Contudo, esta referente à sinalização do retorno da economia brasileira à fase de produção e exportação de bens primários, sem que isto tenha gerado um profundo acirramento entre as frações do capital agrário e industrial, nos parece uma das contradições centrais naquilo que toca o próprio caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro e a *condição dependente* do país nesta conjuntura histórica, dado que, precisamente desta contradição, orginam-se outras, como (i) o *aprofundamento da concentração da propriedade fundiária*; (ii) o *parco dinamismo do mercado interno*, diante do avanço de um setor primário-exportador que se realiza fora da economia doméstica, estando, portanto, alheio às oscilações de emprego e renda que determinam o dinamismo ou a apatia do mercado interno, com todo ônus social que tal situação acarreta; e (iii) a regressão industrial do país, acompanhada da consolidação do *rentismo* como fonte comum da acumulação capitalista para as distintas frações da burguesia, reunidas em torno da «*dívida pública*». Este conjunto de fatores guardam conexão, não raro, com aquilo que Guerreiro Ramos caracterizava como a «titularidade do poder» (Ramos, 1960), isto é, as frações de classe que tomam centralidade no exercício do poder. A política brasileira é hoje, nesta perspectiva, confissão de como a classe vinculada ao setor agrário-exportador ganhou uma importância talvez só equiparável ao período anterior à Revolução de 1930.

Impossibilitados, porém, de esmiuçar este conjunto de fenômenos na sua totalidade, tratemos, adiante, de forma breve, de alguns deles, começando pela questão do dinamismo do mercado interno sob o *lulismo*.

4. A CONTRADIÇÃO ENTRE A MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA E A NECESSIDADE DE MERCADOS

Os latifundiários, uma vez que são proprietários de terras, têm seus interesses fundamentais vinculados à manutenção de suas propriedades – através das quais obtêm renda, seja pela exploração direta – total ou parcial – seja pelo arrendamento a camponeses ou a empresários. Em todos os casos, entretanto, os latifundiários buscam suas fontes de rendimento fundamentalmente através da exploração do trabalho ou do capital alheio, já que seu capital é fundamentalmente a propriedade sobre a terra. [...]

Os latifundiários compõem, portanto, a classe mais conservadora da sociedade, na medida em que seus interesses estão vinculados à manutenção de uma forma de propriedade que é incompatível com o pleno desenvolvimento do capitalismo.

- Vânia Bambirra, *O capitalismo dependente latino-americano*.

Ao verificar anteriormente que a conjuntura analisada registra uma regressão industrial ao lado do avanço do setor primário-exportador como motor da acumulação capitalista brasileira, chegamos diante de uma contradição de fundo que figurava nos debates que antecedem a teoria marxista da dependência, a saber: por qual razão as frações da burguesia industrial, que perdem participação no produto nacional, não colidem com as frações da burguesia agrária que o hegemonizam?

O sociólogo equatoriano Agustín Cueva, tratando da questão latino-americana como um todo, postulava que a expansão do capital industrial, que a princípio o impulsionaria a buscar a ampliação do mercado interno, se vê contra-arrestada pelo temor de desarticular o motor principal e já estabelecido da acumulação de capital em geral, isto é, o motor da acumulação centrado no modelo primário-exportador (Cueva, 1977: 150). Já no plano da realidade brasileira, outro fator que explicaria esta inação, destacado por Vânia Bambirra, seria o compromisso existente entre as frações agrárias e industriais, dado que o processo de industrialização dependente se deu subsidiariamente ao já estabelecido setor primário-exportador (Bambirra [1972], 2019).

Seja como for, facto é que a estrutura da propriedade fundiária no Brasil, lastreada desde o início no grande latifúndio (Sauer & Leite, 2012), mantém-se intocada como regra sob o *lulismo*, como revelam os dados do último Censo Agropecuário do IBGE, indicados na *Tabela 6*.

Tabela 6

Número e área de estabelecimentos por grupos de área total (Brasil, 2017)

Grupos de área total	Número de estabelecimentos (unidades)	%	Área dos estabelecimentos (hectares)	%
Menos de 10 hectares	2.542.662	50,92	7.989.114	2,28
De 10 a menos de 100 hectares	1.979.915	39,65	63.783.346	18,21
100 a menos de 1.000 hectares	420.136	8,41	112.029.612	31,99

1.000 hectares e mais	50.865	1,02	166.451.258	47,52
Total	4.993.578	100,00	350.253.330	100,00

Nota. Criado pelo autor. Fonte: *Censo agropecuário 2017* (IBGE). Disponível em: «<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>». Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

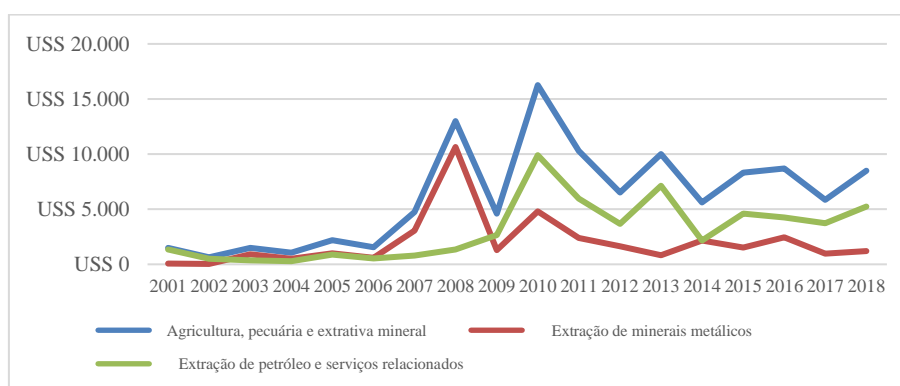
Tomando os dados apresentados pelo *Censo Agropecuário* do IBGE em perspectiva histórica e comparativa, vemos que as propriedades acima de mil hectares concentravam uma proporção de área rural registrada de 63,28% em 1920, 48,32% em 1940, 50,86% em 1950, 44,15% em 1960, 39,52% em 1970, 45,10% em 1980, 45,10% em 1995, 45,00% em 2006 e 47,52% em 2017. Isto significa que a concentração da grande propriedade fundiária, representada pelas propriedades acima de mil hectares, que historicamente representam um número muito reduzido de estabelecimentos, é, em 2017, a maior da série histórica desde 1960, restando atrás somente dos períodos de 1920, 1940 e 1950, respectivamente.¹⁷

O que significa, em outras palavras, que mais que preservar a estrutura agrária tradicional, historicamente centrada na grande propriedade fundiária, o que se verifica diante do desenvolvimento capitalista brasileiro na presente quadra histórica é o aprofundamento da concentração da propriedade fundiária.

Neste sentido, se a regressão industrial do país coincide, de um lado, com a consolidação de um padrão de reprodução do capital centrado no modelo *agro-mineiro exportador* (Osório, 2016), vê-se, de outro lado, que a aceleração da crise capitalista induz a desnacionalização desta esfera produtiva, mediante o aporte de capitais internacionais, sob a forma investimento estrangeiro direto, alocados naquele setor primário-exportador, como revela a *Figura 7*.

Figura 7

Ingresso de investimentos estrangeiros diretos no setor primário-exportador (Brasil, 2001-2018) – US\$ milhões



Nota. Criado pelo autor. Fonte: *Série histórica dos fluxos de investimento direto – distribuições por país ou por setor*. Banco Central do Brasil (BC).

¹⁷ Os dados referentes às propriedades rurais entre 1920 e 2006 encontram-se disponíveis no motor de busca do IBGE. Disponível em: «<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/263#resultado>». Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

Insistimos, uma vez mais, sobre a recorrência do ano de 2008 como ponto de inflexão dos fenômenos que vêm nos ocupando ao longo da produção textual. Não se trata de mera coincidência, antes, é a expressão objetiva de como a crise capitalista engendrou mudanças quantitativas e qualitativas ao desenvolvimento capitalista brasileiro. O resultado deste aporte de capitais estrangeiros no setor primário-exportador é, na verdade, a reafirmação da lógica já prescrita por Marini (1976) de que, *para quanto mais desenvolvimento capitalista, mais dependência*.

Finalmente, se nenhum indicador apresentado até o momento sinaliza que a conjuntura que acompanhou o *lulismo* foi marcada pelo enfrentamento da estrutura da propriedade fundiária tradicional, obstando, em tese, a criação de novos mercados internos, como indicava Cueva (1977), de que forma, afinal, sua passagem se caracterizou por um festejado acesso ao consumo para setores da população antes alijados deste processo?

Vejamos adiante algumas ponderações.

5. A PROPAGANDA DA ‘NOVA CLASSE MÉDIA’ E A POLÍTICA DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

Antes de adentrarmos na questão, convém indicar que a expressão «*nova classe média*», cunhada por Neri (2008), já mereceu, em trabalho que reivindica a cartografia teórica da TMD, uma vigorosa avaliação crítica, nomeadamente em Luce (2013). Ademais, em autores que não se vinculam ao programa de pesquisa da TMD, como Marcio Pochmann, o assunto também mereceu uma apreciação crítica, exposta em seu livro *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, publicado, originalmente, em 2012.

Deste modo, nossa reflexão sobre o tema não pretende senão trazer à luz algumas oposições levantadas nestes trabalhos, buscando reforça-las a partir da nossa perspectiva.

Adentrando, pois, à questão, ainda que de forma bastante sintética, como aconselha a limitação estrutural a nos cercear, temos que a expressão «*nova classe média*» proposta por Neri (2008) e amplamente reproduzida entre teóricos e a propaganda oficial do Partido dos Trabalhadores (PT), busca traduzir um *momento conjuntural* do país em que extratos da classe trabalhadora, pela soma do *acesso ao crédito* e a *correção do salário mínimo nominal*, passavam a exercer mais peso no mercado de consumo de bens semiduráveis e duráveis, que, outrora, eram privativos de uma parcela mais reduzida da sociedade.

Neste sentido, embora os dados acessíveis confirmem o fenômeno, a questão, entretanto, não é revelar que este consumo teve lugar na conjuntura que acompanhou os governos *petistas*, dado que, ao fazê-lo, a análise seria rebaixada à mera *descrição aparente* do fenômeno e, como já fora prescrito há muito, «toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente» (Marx [1894], 2017: 768). A questão de fundo, portanto, é saber de que forma e a que custo este acesso ao consumo foi fomentado no período em questão.

Encontramos em Barbosa (2013) a indicação da resposta mais comum à indagação anterior, a postular que o mercado interno, sob o *lulismo*, fora dinamizado por duas vias: *a)* através da *política de correção do salário mínimo nominal*; e *b)* mediante o *endividamento familiar* que, para os entusiastas da prática aparece, não raro, sob a propaganda da «*política de incentivo ao crédito*».

Quanto à primeira hipótese, o importante a reter, como já fizera Luce (2013), é que existe um abismo entre o *salário mínimo nominal* – auferido pela classe trabalhadora nacional e passível de correção pelo governo – e o *salário mínimo necessário*, categoria criada para alcançar a renda essencial para que uma família média se reproduza em condições sociais dadas.

O cálculo do *salário mínimo necessário* é, nesta perspectiva, feito desde 1970 pelo DIEESE, em séries históricas retroativas a 1940, tomando em consideração «não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social» (Luce, 2013: 173)¹⁸ – todos, é bom lembrar, direitos sociais prescritos na Constituição Federal de 1988, devidos à classe trabalhadora urbana e rural.¹⁹

Assim, valendo-se desta distinção entre *salário mínimo nominal* e *salário mínimo necessário*, calculamos, na *Tabela 7*, a margem de diferença entre ambos para o intervalo entre 1994 e 2020.

Tabela 7

Diferença salário mínimo nominal e salário mínimo necessário (Brasil, 1994-2020)

	A	B	B / C
	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário	Diferença (%)
dezembro, 1994	R\$ 70,00	R\$ 728,90	9,6
dezembro, 1995	R\$ 100,00	R\$ 763,09	13,1
dezembro, 1996	R\$ 112,00	R\$ 778,27	14,4
dezembro, 1997	R\$ 120,00	R\$ 837,16	14,3
dezembro, 1998	R\$ 130,00	R\$ 857,66	15,2
dezembro, 1999	R\$ 136,00	R\$ 940,58	14,5
dezembro, 2000	R\$ 151,00	R\$ 1.004,26	15,0
dezembro, 2001	R\$ 180,00	R\$ 1.101,54	16,3
dezembro, 2002	R\$ 200,00	R\$ 1.378,19	14,5
dezembro, 2003	R\$ 240,00	R\$ 1.420,61	16,9
dezembro, 2004	R\$ 260,00	R\$ 1.468,08	17,7
dezembro, 2005	R\$ 300,00	R\$ 1.607,11	18,7
dezembro, 2006	R\$ 350,00	R\$ 1.564,52	22,4
dezembro, 2007	R\$ 380,00	R\$ 1.803,11	21,1
dezembro, 2008	R\$ 415,00	R\$ 2.141,08	19,4
dezembro, 2009	R\$ 465,00	R\$ 1.995,91	23,3
dezembro, 2010	R\$ 510,00	R\$ 2.227,53	22,9
dezembro, 2011	R\$ 545,00	R\$ 2.329,35	23,4
dezembro, 2012	R\$ 622,00	R\$ 2.561,47	24,3
dezembro, 2013	R\$ 678,00	R\$ 2.765,44	24,5

¹⁸ Para uma apreensão completa da forma de cálculo do salário mínimo necessário, ver a nota metodológica do DIEESE. Disponível em: «<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>». Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

¹⁹ «Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim». Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm». Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

dezembro, 2014	R\$ 724,00	R\$ 2.975,55	24,3
dezembro, 2015	R\$ 788,00	R\$ 3.518,51	22,4
dezembro, 2016	R\$ 880,00	R\$ 3.856,23	22,8
dezembro, 2017	R\$ 937,00	R\$ 3.585,05	26,1
dezembro, 2018	R\$ 954,00	R\$ 3.960,57	24,1
dezembro, 2019	R\$ 998,00	R\$ 4.342,57	23,0
dezembro, 2020	R\$ 1.045,00	R\$ 5.304,90	19,7

Nota. Criado pelo autor. Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Recordemos, a propósito dos dados expostos, que ao sustentar a vigência de um regime de *superexploração da força de trabalho* como signo da dependência, assumimos o pressuposto de que o mesmo é expressado, dentre outras coisas, pela violação do valor da força de trabalho, que, embora submetida a jornadas intensiva e extensivamente desgastantes, é remunerada *abaixo do seu valor real* (Marini, 1976). Este fator, aliado a outros, como, por exemplo, a *estrutura tributária altamente regressiva do país* (cf. Gobetti & Orair, 2016), que sobreonera consumo e serviços como forma de compensar a suboneração de patrimônio e renda, implica que a classe trabalhadora, submetida ao regime da *superexploração*, dificilmente acederá ao consumo de bens duráveis, como geladeira, fogão, tv e automóveis, com a remuneração que lhe é paga.

Os dados apresentados anteriormente confirmam que, no melhor cenário à classe trabalhadora brasileira, seu salário mínimo auferido representava uma fração de 26,1% do *salário mínimo necessário* à sua reprodução, conforme calculado pelo DIEESE e imposto pela Carta Constitucional.

A hipótese, portanto, que melhor confirma a dilatação do consumo às classes populares naquela conjuntura histórica, parece ser encontrada não na elevação do poder de compra do salário mínimo, mas, sim, no *endividamento familiar*, que, frisa-se, aparece na literatura que trata do desenvolvimento capitalista nas economias avançadas, ora como forma de *adiar a crise estrutural do capitalismo* (Streeck, 2013), ora como meio de resgatar o «modelo neoliberal» da instabilidade que, em tese, poderia decidir seu destino, engendrando formas de consumo mediante a concessão de crédito para grupos de baixa e média renda, mediante aquilo que um sociólogo inglês classificou como «keynesianismo privatizado» (Crouch, 2009).

Não estando o capitalismo dependente isento das tendências globais do capitalismo, mas, antes, sofrendo-as de forma *mais exacerbada*, como postula a reflexão crítica da TMD, a questão que deve ocupar nossa atenção em relação à expansão do crédito como forma de dinamizar o mercado interno ou estimular o consumo de frações antes alijadas deste processo, é precisamente as condições que o particularizam na formação econômico-social brasileira.

Neste sentido, a *taxa de juros ativa nominal* – utilizada adiante como forma de apresentar o *custo do crédito* estendido à classe trabalhadora brasileira, em perspectiva comparada a outros nove países da América Latina – expressa o percentual que deve ser pago pelos empréstimos solicitados ao sistema bancário de cada país. Vejamos sua evolução entre 2000 e 2018 para o conjunto de países da região.

Tabela 8

Taxa de juros ativa nominal, 10 países da América Latina (2000-2018) – Porcentagem anual (%)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
2000	12,0	–	70,9	18,7	18,8	15,3	25,3	30,0	32,1	24,5
2001	28,6	17,8	77,9	16,7	20,7	15,5	27,1	25,0	38,1	24,8
2002	40,7	19,2	85,3	14,4	18,3	14,1	33,7	20,8	116,4	38,4
2003	16,8	21,0	91,4	13,0	18,9	12,6	–	21,0	56,6	25,7
2004	10,8	17,2	73,6	11,0	18,5	10,2	21,3	24,7	26,0	18,1
2005	10,5	12,1	69,4	13,5	17,1	8,7	15,5	25,5	15,3	16,6
2006	12,9	8,8	62,3	14,4	16,0	8,9	15,7	23,9	10,7	15,4
2007	14,0	8,3	51,0	13,6	17,9	10,1	12,8	22,9	10,0	17,3
2008	19,8	8,9	54,1	15,2	19,6	9,8	13,5	23,7	13,2	23,3
2009	21,3	8,5	47,5	12,9	15,6	9,2	15,2	21,0	16,6	20,7
2010	15,2	5,2	42,9	11,8	12,4	9,0	12,4	19,0	12,0	18,2
2011	17,7	6,4	44,7	12,4	12,8	8,4	16,9	18,7	11,0	17,5
2012	19,3	6,7	39,9	13,5	13,7	8,2	16,6	19,2	12,0	16,4
2013	21,6	7,0	39,2	13,2	12,2	8,2	16,8	18,1	13,3	15,7
2014	29,3	6,5	45,1	10,8	12,1	8,1	15,5	15,7	17,2	17,1
2015	28,2	6,4	49,5	9,3	12,2	8,4	14,3	16,1	16,9	19,9
2016	33,3	6,2	53,6	10,4	14,7	8,7	15,5	16,5	17,5	21,4
2017	26,7	6,0	49,9	11,4	13,6	7,9	14,3	16,8	15,3	21,5
2018	–	6,4	–	10,5	–	7,6	–	14,5	–	21,7
Média 2000-2018	21,0	9,9	58,2	13,0	15,8	9,9	17,8	20,7	25,0	20,8

Nota. Criado pelo autor. Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, conforme cifras oficiais apresentadas pelos Bancos Centrais.

Com efeito, o que nos parece evidenciado, diante do impressionante custo do crédito junto ao sistema bancário brasileiro, que não encontra parâmetro sequer nos países latino-americanos colacionados, é que a política de *endividamento familiar*, como forma de estimular o consumo das frações da classe trabalhadora submetidas ao regime da *superexploração*, reverte-se, antes de tudo, em benefício às frações da burguesia financeira, não à classe trabalhadora em si, submetida a uma forma a mais de drenagem e espoliação da sua renda.

Resta colocado, nesta perspectiva, que as *políticas sociais* promovidas pelo *lulismo*, pela sua própria natureza, não apenas não tocam nas causas estruturais das desigualdades do país, como orientam-se por um *primado mercantilista*: «concebem a redução da pobreza como

um “bom negócio” e transformam o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado, por meio da transferência direta de renda» (Filgueiras & Gonçalves, 2007: 27).

Neste sentido, se a conjuntura, por um lado, permitiu, em um dado momento, uma maior margem de manobra que disfarçava a continuidade e o aprofundamento da política econômica herdada dos governos anteriores, o aprofundamento da crise capitalista, por sua vez, descortinou as estruturas mais profundas do país que regrediam tacitamente. Neste momento, assolados com a realidade e já incapazes de conter um espontâneo e errático movimento de massas que se levantou em 2013, os governos *petistas* voltaram-se à direita, reafirmando às classes dominantes sua capacidade de levar adiante a política conciliatória; perderam, em consequência disto, parte de sua base popular, além de terem sido descartados com a mesma facilidade com que, tempos atrás, eram festejados, tanto entre as classes trabalhadoras, quanto entre as frações do capital.

Abria-se, a partir de então, uma nova página política, econômica e social no país, cuja dianteira fora interpretada, até o presente momento, pelo *bolsonarismo*, como resposta aceitável às classes dominantes à administração da crise capitalista, política e social brasileira, garantindo às frações da burguesia a preservação dos seus interesses de classe, centrados, em apertado resumo, num conjunto de «*reformas*», cujo fundo não é senão ampliar o regime da *superexploração*, garantir a intocabilidade do sistema da dívida, aprofundar a ampliação da fronteira agrícola – mesmo em áreas de proteção ambiental – e zelar pelo projeto dependente de nação, arquitetado para manter a transferência sistemática de valor e riquezas às economias centrais.

Direcionemos, assim, ao *bolsonarismo* algumas reflexões finais.

IV – DA CARICATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – A ASCENSÃO DO *BOLSONARISMO*

1. *ONDA CONSERVADORA* OU IMPERATIVOS DA CRISE CAPITALISTA?

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acorçado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*. [...]

A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o *ópio* do povo.

- Karl Marx, 1843. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*.

Entre nós, encontra ressonância a ideia de que uma «*onda conservadora*» avança em diferentes partes do mundo neste tempo histórico, passando a ser um dos fundamentos a explicar, no caso latino-americano, a derrocada daquilo que se convencionou chamar de *governos progressistas* (Borón, 2004) ou de *centro-esquerda* (Katz, 2008), além de justificar a ascensão do que alguns chamam de *forças conservadoras* (Almeida, 2019) ou de *extrema direita* (Löwy, 2015).

Por óbvio, a ascensão do *bolsonarismo* – auto-identificado como parte de um *movimento conservador* – não passou ao lado desta hipótese interpretativa: uns creditam papel decisivo à sua vitória, em 2018, ao «ativismo político de evangélicos conservadores» (Mariano & Gerardi, 2019), enquanto outros, remando na mesma direção, defendem que seu êxito resulta da confluência, na conjuntura brasileira, de «quatro linhas de forças sociais» (econômica, moral, securitária e societal), que, invariavelmente, implicaram o *conservadorismo* e os *evangélicos* (Almeida, 2019: 207), fazendo-os confiar ao Messias Bolsonaro a redenção de suas súplicas.

Em perspectiva semelhante, Pinheiro-Machado e Scalco (2018), contrastando argumentos comuns em análises acríicas do *lulismo* com noções como *empoderamento*, *direito ao prazer* e *rebelião primitiva*, erguem sua premissa central, segundo a qual um «*subjetivismo político*», dotado de *esperança* e moldado a partir do «*acesso ao consumo*» fomentado na fase áurea do *petismo*, ao deixar de existir, diante da aceleração da crise econômica, converteu-se em um dos fundamentos do *ódio* que encontrou reverberação no *bolsonarismo*, enquanto *força conservadora*, claramente sedimentada, para a pesquisa das autoras, numa «*juventude periférica masculina*», portadora de uma «*perda de protagonismo social*» e de uma «*sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica*» (cf. Pinheiro-Machado & Scalco, 2018).

No caso dos primeiros – Mariano e Gerardi (2019) e Almeida (2019) – vê-se claramente uma inclinação a potencializar, ou tornar nuclear, o papel desempenhado por *evangélicos*

conservadores não apenas na vitória de Jair Bolsonaro, mas na própria mudança de curso no debate público sobre a moral e os costumes no país, que passaria ser mediado pelos «*valores conservadores*» destes grupos que, não pretendendo limitar-se aos seus fiéis e ao universo das suas congregações, almejam «alcançar a sociedade como um todo, disputando no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública» (Almeida, 2019: 208). Valem-se, ademais, da acentuada margem de votos em desfavor de Fernando Haddad (PT) e em favor de Jair Bolsonaro (à altura no PSL) no seio dos eleitores *declaradamente evangélicos* que, a princípio, parece ter contribuído para decidir a vitória do segundo, em 2018, na corrida presidencial.

A metáfora da «*onda conservadora*», enquanto representação de um «movimento que arrasta o fluxo histórico em determinado sentido» (Almeida, 2019: 187), estaria, *por suposto*, bem fundamentada.

Julgamos, no entanto, que uma interpretação centrada ao lado da demanda, ou seja, adstrita ao *comportamento dos eleitores*, parece pouco fiável à inteira compreensão de um fenómeno de tamanha magnitude, além incorrer no risco de ocultar, ou de não enfrentar, talvez premeditadamente, elementos que podem ser decisivos à sua concretização.

A interpretação que nos parece razoável, nesta perspectiva, deveria, porém, *inverter a ordem das coisas*: ao invés de centrar-se no comportamento do eleitorado, submerso numa suposta «*onda conservadora*», surgida como um *raio vindo do céu sem nuvens*, para recordar Marx novamente, teria de voltar-se, primeiro, para aqueles cujo *conservadorismo* é útil mobilizar, ainda que com a finalidade de patrocinar interesses distintos, como os de classe, por exemplo, tão escanteados ou esterilizados nessas propostas analíticas.

Assim, supondo correta a premissa de que «as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante» (Marx & Engels [1845-1846], 2015: 47 – itálicos originais), sustentamos que o *conservadorismo* que erguera o *bolsonarismo*, em 2018, representa uma estratégia de majoração da dimensão do *conflito sociocultural*, em detrimento da minoração da dimensão do *conflito de classes* no debate político, a exemplo daquilo que vem ocorrendo nas últimas décadas com os partidos radicais de direita na Europa (cf. Rydgren, 2007; 2018).

Entendemos, neste sentido, que a metáfora de um *pêndulo*, verificada em Diamand (1985), que ora inclina-se à direita, ora volta-se à esquerda na América Latina, a depender, sobretudo, da dinâmica da economia capitalista mundial e seus efeitos no desenvolvimento capitalista dependente – portador de um ciclo económico próprio, que não reflete de maneira

mecânica os impactos da conjuntura internacional, é verdade, ainda que sofra demasiado peso desta, como ensina Marini (1977) – é a mais adequada à compreensão da presente conjuntura em que se imprimiu a ascensão do *bolsonarismo*.

Sendo verdadeira, porém, a hipótese proposta, o que caracterizaria, afinal, o governo de Jair Bolsonaro? Que caráter assumiria, finalmente?

Reconhecendo como ingrata a tarefa de solucionar essas questões nestas linhas finais, julgamos que o título que endereça nossa dissertação aponta, dentro de um espectro mais geral, senão o caráter, ao menos a razão do *bolsonarismo*, expressa mediante o fim, provavelmente temporário, do espaço para governos de *conciliação de classes*, diante do estágio e do prolongamento da crise capitalista, cuja aceleração exige das frações da burguesia nacional, sócia menor do grande capital internacional, uma definição mais enérgica relacionada à preservação dos seus interesses de classe. Trata-se, hoje, como já ocorrera anteriormente, de decidir os rumos da economia do país e do padrão de reprodução do capital que este deve seguir (Marini, 1978a), o que parece implicar, não raro, numa coesão interbuguesias que a *tutela militar*, uma vez mais, compromete garantir, inclusive através da força, se insurgências populares assim aconselharem.

Recordemos, finalmente, que uma velha figura da política brasileira, José Sarney, em 25 de novembro de 1987, presidente da República então, dissera, quando do esboço da Carta Constitucional de 1988, que esta «*tornaria o país ingovernável*».²⁰ Sem aprofundar nas razões desta *ingovernabilidade*, porém, a interpretação que fazemos de seu veredicto é que o conjunto de direitos trazidos no bojo da Carta Magna, impressos numa espécie de *Estado de bem-estar social tardio*, ainda influenciado pelos ventos dos *trente glorieuses* ao norte, já uma doce saudade à altura, seria inviável ao país cuja estrutura dependente foi moldada historicamente para manter-se reproduzindo seculares desigualdades econômicas e sociais.

Seja como for, transcorridas mais de três décadas da afirmação de Sarney, entre primavares anunciadas inicialmente pela ortodoxia-liberal de Collor e Fernando Henrique, mais tarde renovadas pelo reformismo sem reformas de Lula e Dilma, e, atualmente, estressadas pelo ultra-liberalismo de Bolsonaro e Guedes, parece, finalmente, que a tarefa de condenar aquele esboço de *Estado de bem-estar social* definitivamente à letra fria e morta da Carta Constitucional, perenizando a condição dependente do país, ganhara profunda coesão entre as classes dominantes, em meio a uma gigantesca apatia das massas populares, órfãs de uma

²⁰ Declaração dada em entrevista concedida ao jornal *O Globo*. Disponível em: «https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/133954/Nov_87%20-%200565.pdf?sequence=3». Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

vanguarda política à altura dos desafios que o tempo presente impõe, quando não cooptadas pela direita radical, como única interprete, ainda que caricatural e farsesca, do radicalismo político que reclamam.

CONCLUSÕES

Conforme se logrou demonstrar ao longo da produção textual, a teoria marxista da dependência, enquanto marco do pensamento crítico latino-americano, ergue-se como página histórica entre a segunda metade da década de 1960 e o início de 1970, forjada no calor da luta de classes que articulava a emergência de movimentos de massa, a incidência de processos revolucionários e contrarrevolucionários, o ascenso e descenso de ciclos econômicos e as vitórias e derrotas de governos populares na América Latina.

Sua crítica radical às teses dominantes à altura, incapazes de compreender as particularidades do caráter e do desenvolvimento do capitalismo dependente, legaram um instrumental teórico de imenso valor à inteligência de contradições comuns às formações periféricas e dependentes do subcontinente.

Embora exilada do debate acadêmico, político e social brasileiro, juntamente com a tríade de seus fundadores – Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini – a teoria marxista da dependência, como todo quadro teórico clássico, continua atual à compreensão das especificidades e particularidades em que se reproduz este capitalismo *sui generis*, chamado dependente, precisamente pelo facto de que, a despeito da virulenta propaganda e da política de domesticação ideológica impressas recentemente, as formações latino-americanas e, especialmente o Brasil, continuam a ser formações económico-sociais submetidas à *condição dependente*.

Afirmá-lo significa sustentar, em outras palavras, que as condicionantes histórico-estruturais que caracterizam a dependência – a *transferência de valor* aos países centrais, a *superexploração da força de trabalho* e a *cisão nas fases do ciclo do capital* – continuam a expressar-se de forma inequívoca ao conjunto dos países da região.

Nosso trabalho, com todas as limitações que nos acompanham, procurou evidenciar a vigência destes fenômenos tomando a conjuntura brasileira onde se inscreveram a derrota do *lulismo* e a ascensão do *bolsonarismo* como objeto de estudo.

Neste sentido, muito distante de verificar um processo que avançava para erguer o país no cenário internacional, como postulavam, e ainda postulam, alguns partidários do *lulismo*, o que constatamos, através da análise da realidade concreta, tendo as categorias da TMD como bússola, foi justamente o oposto: um país cuja drenagem do excedente económico manteve-se como norma, atingindo seu apogeu quando da última inflexão da crise cíclica do capitalismo, em 2008; uma economia estruturalmente submetida a uma regressão industrial ao mesmo tempo que consolidava o setor primário-exportador como motor da acumulação capitalista, refletindo,

do ponto de vista do marco teórico revisitado, um acelerado rebaixamento na divisão internacional do trabalho, que não é mais que um nítido *aprofundamento das relações de dependência*.

A breve primavera onde os interesses das frações do capital nacional e internacional conciliavam-se com a tentativa de promover os direitos mais elementares a um enorme contingente do povo brasileiro, secularmente submetido a condições inumanas, fizera a *aparência* da realidade ofuscar a sua *essência*.

Entre projeções que beiravam o cinismo e análises desprovidas de qualquer senso crítico, a confundir desejo com a realidade concreta, o que se verificou, na verdade, foi a substituição de um *pensamento crítico* que informasse nossas contradições ao nível de suas complexidades, por uma conveniente *consciência ingênua*, capaz de mistificar a realidade, de torna-la mais afável às nossas aspirações, sem ter, no entanto, que tocar nas estruturas de poder que nos comprimem à *dependência* e ao *subdesenvolvimento*.

A realidade, porém, implacável como esperado, não tardou em revelar-se, e a primavera colorida anteriormente, como já houvera ocorrido nos anos 50 do século passado, quando a burguesia industrial ensaiava seu plano de voo, encantando do *desenvolvimentismo cepalino* ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), deu lugar a uma época de pessimismo, cortada por uma crise econômica, política e social que, no ponto alto do seu paroxismo, culminaria no descarte do *lulismo*, de um lado, e na ascensão do *bolsonarismo*, de outro.

O estágio da crise capitalista e a profundidade das transformações econômicas verificadas no país, julgamos, exerceram peso crucial na determinação dos processos políticos assinalados, fechando a cortina para os governos de *conciliação de classes* e abrindo uma nova página para *governos de classe*, organizados basicamente em torno da reprodução dos interesses das frações da burguesia nacional, sócia menor, lembremos sempre, do grande capital internacional.

É diante deste cenário que se dá a ascensão do *bolsonarismo*, força tutelada por milhares de militares que compõem sua base de governo, a sinalizar até aonde as classes dominantes estão dispostas a ir, em caso de acirramento da luta de classes.

A teoria marxista da dependência, no conjunto legado na obra de seus fundadores, inscrita no que há de mais vivo e pulsante no pensamento crítico latino-americano, dá-nos não apenas os meios para compreensão crítica do tempo presente, mas, sobretudo, as ferramentas à sua radical transformação, afastando-nos da leitura ingênua da realidade e das falsas ilusões que, à sua maneira, também nos trouxeram até aqui.

BIBLIOGRAFIA

- Affonso, A. (2016). *1964 na visão do ministro do trabalho de João Goulart* (2ª ed.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Almeida, R. d. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estud. CEBRAP*, 38(1), 185-213. doi:<https://dx.doi.org/10.25091/s01013300201900010010>
- Bambirra, V. (1978). *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Cidade do México: Ediciones Era.
- Bambirra, V. (2019). *O capitalismo dependente latino-americano* (4ª ed.). (F. C. Prado, & M. M. Gouvêa, Trads.) Florianópolis: Insular.
- Bandeira, L. A. (2021). *O caminho da revolução brasileira*. Florianópolis: Insular.
- Barbosa, N. (2013). Dez anos de política econômica. Em E. Sader, *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (pp. 69-102). São Paulo: Boitempo.
- Betz, H.-G. (1994). *Radical right-wing populism in Western Europe*. New York: Macmillan.
- Bobo, L. D. (2017a). Racism in Trump's America: reflections on culture, sociology, and the 2016 US presidential election. *The British Journal of Sociology*, 68, 85-104. doi: <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12324>
- Bobo, L. D. (2017b). The empire strikes back: Fall of the postracial myth and stirrings of renewed White supremacy. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, 14(1), 1-5.
- Bonikowski, B. (2017). Ethno-nationalist populism and the mobilization of collective resentment. *The British Journal of Sociology*, 68, 181-213. doi: <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12325>
- Borón, A. (2004). La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. *OSAL*, 13(ano V), 41-56.
- Braz, M. (2017). O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social & Sociedade*(128), 85-103. doi:<https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>

- Caputo, O., & Pizarro, R. (1971). *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) - Universidad de Chile.
- Carcanholo, M. (2018). A crise do capitalismo dependente brasileiro. Em E. Macário, E. Dias, R. B. Medeiros, & T. Alexandre, *Dimensões da crise brasileira - Dependência, trabalho e fundo público* (1ª ed., pp. 23-56). Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE.
- Carcanholo, R. A. (1999). A transferência de valor e o desenvolvimento do capitalismo. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*(8), 69-88.
- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (2010). *Dependência e desenvolvimento na América Latina - Ensaio de interpretação sociológica* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castañeda, J., & Hett, E. (1988). *El economismo dependientista* (5ª ed.). Cidade do México: Siglo XXI.
- Corsi, F. L. (2016). Notas sobre a política econômica do governo Dilma . Em F. L. Corsi, J. M. Camargo, & A. d. Santos, *Os Dilemas atuais do Brasil e da América Latina* (pp. 45-68). Marília: Oficina Universitária .
- Crouch, C. (2009). Privatised Keynesianism: An Unacknowledged Policy Regime. *The British Journal of Politics and International Relations*, 11, 382–399. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-856X.2009.00377.x>
- Cueva, A. (1977). *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México : Ed. Siglo XXI.
- Cueva, A. (1988). *Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica*. Quito: Planeta.
- Diamand, M. (1985). *El péndulo argentino: Hasta cuando?* Buenos Aires: Centro de Estudios de la Realidad Económica - CERE .
- Dos Santos, T. (1968). El nuevo caracter de la dependencia. *Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos*, 10, 1-25.
- Dos Santos, T. (1970a). La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. *Cuadernos de estudios socioeconómicos (CESO)*, 11.

- Dos Santos, T. (1970b). The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, 60(2), 231-236. Acesso em 5 de Novembro de 2020, disponível em <http://www.jstor.org/stable/1815811>
- Dos Santos, T. (2017). La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. Em H. Jaguaribe, A. Ferrer, M. S. Wionczek, & T. Dos Santos, *La dependencia político-económica de América Latina* (pp. 125-156). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Dowbor, L. (2017). *A era do capital improdutivo* (2ª ed.). São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária.
- Filgueiras, L. A., & Gonçalves, R. (2007). *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto .
- Frank, A. G. (1965). *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Chile: CEME - Centro de Estudios Miguel Enríquez. Acesso em 12 de Agosto de 2020, disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/textos/>
- Frank, A. G. (1967). El desarrollo del subdesarrollo. *Pensamiento Crítico*, 7, 159-172.
- Gobetti, S. W., & Orair, R. O. (2016). *Progressividade Tributária: a agenda negligenciada*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Gonçalves, R. (2012). Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social & Sociedade*(112), 637-671. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400003>
- Ingrosso, M. (2017). A análise de André Gunder Frank: originalidade e observações críticas. Em R. L. Seabra, *Dependência e marxismo - Contribuições ao debate crítico latino-americano* (3ª ed., pp. 79-103). Florianópolis: Insular.
- Jabbour, E., & Dantas, A. (2017). The political economy of reforms and the present Chinese transition. *Brazilian Journal of Political Economy*, 37(4), 789-807. doi:<https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>
- Jabbour, E., & Paula, L. F. (2018). A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*, 22(1), 1-23. doi:<https://doi.org/10.1590/198055272217>

- Katz, C. (2008). *Las disyuntivas de la izquierda en América Latina*. Buenos Aires: : Ediciones Luxemburg.
- Kay, C. (2010). *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London: Routledge. doi:<https://doi.org/10.4324/9780203835418>
- Lênin, V. I. (2010). *O imperialismo: fase superior do capitalismo* (4ª ed.). (L. Prado, Trad.) São Paulo: Centauro.
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 124, 652-664. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.044>
- Luce, M. S. (2013). Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, Educação e Saúde*, 11(1), 169-190. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>
- Luce, M. S. (2018). *Teoria Marxista da Dependência. Problemas e categorias - uma visão histórica* (1ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Mantega, G. (1985). *A economia política brasileira*. Petrópolis : Vozes .
- Mariano, R., & Gerardi, D. A. (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, 120, 61-76.
- Marini, R. M. (1976). *Dialéctica da Dependência*. Coimbra: Centelha .
- Marini, R. M. (1977). Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos, julio-septiembre* (13), 76-84.
- Marini, R. M. (1978a). El Estado de Contrainsurgencia. *Cuadernos Políticos*, 21-29. Acesso em 20 de fevereiro de 2021, disponível em Marini escritos: http://www.marini-escritos.unam.mx/055_estado_contrainsurgencia.html#5
- Marini, R. M. (1978b). Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana De Sociología*, 40, 57-106. doi:10.2307/3539683
- Marini, R. M. (1979a). El ciclo del capital en la economía dependiente. *Mercado y dependencia*, 37-55.
- Marini, R. M. (1979b). Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, 20, 18-39.

- Marini, R. M. (1985). La lucha por la democracia en América Latina. *Cuadernos Políticos*, julio-diciembre(44), 3-11.
- Marini, R. M. (1992). El experimento neoliberal en Brasil. *Nueva Sociedad*, septiembre-octubre(121), 112-123.
- Marini, R. M. (1994). *La crisis del desarrollismo*. Acesso em 17 de Outubro de 2020, disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/085_crisis_desarrollismo.html
- Marini, R. M. (2017). *Subdesenvolvimento e Revolução* (6ª ed.). (F. C. Prado, & M. M. Gouvêa, Trads.) Florianópolis: Insular.
- Marx, K. (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011a). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2017). *O Capital — Livro III: O processo global da produção capitalista*. (R. Enderle, Trad.) São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2015). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial .
- Neri, M. (2008). A nova classe média. *Revista Conjuntura Econômica*, 62(9), 48-51.
- Osório, J. (2013). Fundamentos da superexploração. Em N. A. Filho, *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini* (pp. 49-70). Brasília: Ipea.
- Osório, J. (2016). Sistema Mundial e Formas de Capitalismo: A Teoria Marxista da Dependência Revisitada. *Revista Direito e Práxis*, 7(13), 494-539.
- Osório, J. (2017). O Marxismo latino-americano e a dependência. Em R. L. Seabra, *Dependência e Marxismo - Contribuições ao debate crítico latino-americano* (3ª ed., pp. 105-135). Florianópolis: Insular.
- Ouriques, N. D. (2017). Por uma teoria marxista da dependência. Em R. L. Seabra, *Dependência e marxismo - Contribuições ao debate crítico latino-americano* (3ª ed., pp. 137-156). Florianópolis: Insular.
- Paschoal, J. P., & Carcanholo, M. D. (2009). *Crise alimentar e financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício*. Buenos Aires: XXVII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia.

- Pierson, P. (2017). American hybrid: Donald Trump and the strange merger of populism and plutocracy. *The British Journal of Sociology*, 68, 105-119. doi: <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12323>
- Pinheiro-Machado, R., & Scalco, L. M. (2018). Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. Em E. Solano, *O ódio como política* (pp. 56-63). São Paulo: Boitempo.
- Pinto, Á. V. (2008). *A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do "vale de lágrimas"*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Prado, F. C. (2011). História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, 29(2), 68-94.
- Prebisch, R., & Cabañas, G. M. (julio-septiembre de 1949). El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *El Trimestre Económico*, 63(3), pp. 347-431. Acesso em 07 de Outubro de 2020, disponível em <http://www.jstor.org/stable/20855070>
- Ramos, A. G. (1960). *O problema nacional do Brasil* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editôra Saga.
- Rydgren, J. (2007). The Sociology of the Radical Right. *Annual Review of Sociology*, 33, 241-262. doi:10.1146/annurev.soc.33.040406.131752
- Rydgren, J. (2018). *The Radical Right: An Introduction*. Oxford University Press. Acesso em 10 de Junho de 2020, disponível em <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780190274559.001.0001/oxfordhb-9780190274559-e-1>
- Sader, E. (2013). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Sauer, S., & Leite, S. P. (2012). Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(3), 503-524. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000300007>

- Seabra, R. L. (2019). Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. *Revista Sociedade e Estado*, 34(1), 261-283. doi:10.1590/s0102-6992-201934010011
- Serra, J., & Cardoso, F. H. (1978). As desventuras de Dialética da Dependência. *Estudos CEBRAP*(23), 35-80.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo - reforma gradual e pacto conservador* (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Sonntag, H. R. (1988). *Duda, certeza, crisis: la evolución de las ciencias sociales de América Latina*. Unesco.
- Strauss, D. (julio-septiembre de 2018). O problema da dependência econômica e a desindustrialização no Brasil a partir do Neoliberalismo. *Espacio Abierto - Cuaderno Venezolano de Sociología*, 145-164.
- Streeck, W. (2013). *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.
- Streeck, W. (Março/Abril de 2017). The return of the repressed. *New Left Review*, 104, pp. 5-18. Acesso em 4 de Junho de 2019, disponível em <https://newleftreview.org/issues/III104/articles/wolfgang-streeck-the-return-of-the-repressed>
- Tavares, M. d. (2011). *Desenvolvimento e igualdade*. (V. P. Corrêa, & M. Simioni, Eds.) Rio de Janeiro: IPEA.
- Valencia, A. S. (2017). La Vigencia del Pensamiento de Ruy Mauro Marini y la Teoría de la Dependencia. *Textos & Contextos*, 16(1), 29-48. doi:10.15448/1677-9509.2017.1.27246
- World Bank. (2016). *Brazil Systematic Country Diagnostic – Retaking the path to inclusion, growth and sustainability*. Acesso em 5 de Dezembro de 2020, disponível em <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/143111468197370875/pdf/101431-REVISED-v2-SCD-Brazil-Systematic-Country-Diagnostic-Vol-2.pdf>